

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 10

Outubro de 1917

Ano LXIX

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA UNIVERSAL
pertencente a *Coelho da Cunha Brito & C.ª* — Rua do Diário de Noticias, 110 — Lisboa

CENTENÁRIO TRÁGICO

GOMES FREIRE DE ANDRADE

Na história dos assassinios políticos, o suplício do tenente general Gomes Freire de Andrade e Castro, realizado, faz agora um século, a 18 de outubro de 1817, avoluma como um dos crimes judiciais mais abjectos e infamantes. Todo o processo, que constitue uma atroz monstruosidade do fôro, epilogado por uma sentença, mancha indelevel na consciência da magistratura coeva, só encontra a relegá-la para um segundo plano a crueza com que os governadores do reino e juizes — todos mais ferozes que os próprios verdugos — a mandaram executar nos patíbulos do Campo de Sant'Ana e na esplanada da Torre de S. Julião.

Sendo esta publicação essencialmente militar, será no ponto de vista militar que, acima de tudo, encararemos a notavel individualidade de Gomes Freire, de alto relêvo por muitos motivos. Na impossibilidade manifesta de aduzirmos elementos novos aos tantos acumulados num assunto exausto por uma pleiade de historiadores e críticos illustres, limitar-nos-hemos a lembrar e a sintetizar o muito que se tem escrito a respeito do martir de tanta ambição e baixeza desencadeadas.

A carreira diplomática de seu pai, Ambrosio Freire de Andrade, embaixador de Portugal junto da côrte austríaca, e casado com a condessa de Schafoche, de estirpe illustre da Boémia, fez que nascesse em Viena da Austria a 28 de janeiro de 1757. A linhagem de seu pai aparentava-o com o conde de Bobadella e consequentemente com as mais aristocráticas fa-

mílias do país. Bem educado, com a soma de conhecimentos prodigalizados aos rapazes destinados à carreira das armas, dispunha, a mais, das prendas de desenho e pintura, e, ensinadas por sua mãe, falava, como a sua, diversas línguas estrangeiras.

O embaixador falece em 1774. Gomes Freire, que conta dezasete anos, continua a residir em Viena com sua mãe e irmão Teresa. As dívidas legadas pelo pai são tantas que os crédores não os deixam partir. As hipotecas cerceavam a maioria dos rendimentos, um conto e duzentos mil reis anuais, moeda actual. Acode-lhe na conjuntura o duque de Lafões. Chegam a Portugal. Alista-se como cadete no regimento de Peniche. D. Maria I dôa-lhe a comenda de Mendo Marques para liquidar os compromissos contraídos pelo progenitor.

Logo aí se patenteia a índole irrequieta, que é uma das suas características. Transita para a Armada, onde ocupa o posto de guarda-marinha. Em 1784, o rei de Espanha, Carlos IV, delibera castigar os piratas de Argel. Coadjuvam as forças espanholas navios portugueses. No meio do bombardeamento intenso destinado a ruir os ninhos dos bandidos do Mediterraneo, travam-se refregas. Lanchas com belicosas guarnições mussulmanas acometem as nossas. Numa delas, de pé, Gomes Freire comanda e bate-se, com as pupilas em fogo e o arcabouço exposto aos bacamartes, aos chuços e às machadinhas. Oito ataques pronunciam os de Mafoma seguidos doutras tantas repulsas do nosso lado. Retiram. Quando a fumaceira das caronadas e das colubrinhas se esvai e permite distinguir o que ocorre em terra, os baluartes onde flutua a bandeira vermelha do bey, em Balesan e Batel, apresentam largas brechas e descobrem-se extensas varas de muralha desmantelada pelo fogo certo e eficaz da artilheria da frota aliada. Regressa a Lisboa em setembro do mesmo ano, com fama de destemido, e promovem-no a tenente do mar.

Não consta de nenhum documento a maneira como empregou a sua actividade durante quatro anos. Ao cabo destes recolhe ao seu antigo corpo de Peniche, onde, em abril de 1788, é sargento-mór, major. Que facto ou que personalidade lhe sugeriu a idea de servir nos exércitos russos? Não o explicam os seus biógrafos. Apenas consta que solicitou, e obteve autorização, a 17 de maio, para se encorporar nas forças

com que Catarina II queria alargar os domínios moscovitas à custa do território do sultão da Turquia. Um pretexto — o morticínio de uma coluna russa que protegia o khan tártaro Sahin Geras, — franqueia as extremas otomanas à invasão projectada. Potemkim, favorito da soberana, leva diante de si, a ferro e fogo, as hostes, freqüentes vezes triunfantes, dos Osmanlis, através das planícies marginais do Danúbio e pela Crimeia dentro. A ambição da tsarina não conhece peias. As suas esquadras apoderam-se da Cronstadt, mas os seus regimentos, esquadões e baterias esbarram em Oczakova, com uma resistência tenacíssima.

Esta cidade fica a quarenta e uma milhas a leste de Odessa, no cabo do Mar Negro, à entrada do estuário do Dnieper e em frente de Kinburn. A natureza e a engenharia tornavam-na quasi inexpugnável. Fortificou-a primeiro, em 1492, o khan da Criméa, Mengli Girai. No jugo turco tornou-se o centro de uma provincia e consideravam a praça como o ponto essencial para a posse daquela região marítima. Assediou-a e tomou-a uma primeira vez, em 1737, o marechal Munnich, mas no ano seguinte os moscovitas abandonaram-na, sendo reocupada pela Turquia em 1739.

O segundo cêrco decorre em 1788. Há seis meses que o comandante da praça, o turco Hadgy Ismael, a defende com persistência e intrepidez. Guarneçada por 310 canhões, dos melhores da época, abre leivas sangrentas nas colunas dos assaltantes. O magnifico despojo que se espera, proveniente da pilhagem, após a tomada, anima os mais vorazes e menos valentes. A's sete da manhan de 17 de dezembro a temperatura desce tanto que custa a vencer o torpor. Vale mais morrer de um biscaíno que inteiriçado de frio. Recebe o desesperado assalto um ciclone de metralha. Entalados entre uma cúpula de fogo, que lhes arranca as cabeças, e um tapete de gêlo, que lhes gangrena os membros, dos quinze mil homens da coluna que avança, mais de metade tomba cerce como um trigal ante a acção poderosamente derrubadora de uma ceifeira mecânica.

Os que chegam até o sopé das muralhas, a coberto das fachinas e dos cestões, racham as portas a machado, introduzem-se pelas brechas, escancaram e transpõem as aberturas de mais difficil acesso, infiltram-se pelas ruas onde chove com-

pacta saraivada de tudo quanto os defensores podem lançar mão. A' frente desta tromba de assalto corre Gomes Freire, de espada desembainhada, soltando algumas das exclamações e exortações mais enérgicas, das tão abundantes e sonoras da nossa língua. Durante o cêrco morrem vinte mil russos; nos poucos dias de roubo e de mortandade, após a conquista, perecem assassinados, por todos os requintes bárbaros, vinte e cinco mil homens, mulheres e crianças.

A guerra prosegue. A marcha russa dissemina todos os flagelos de uma calamitosa lufada de extermínio. Ardem em quatro meses trinta e duas mil habitações, sucumbem dezenas de milhares de sêres inofensivos. O povo turco, os gabinetes de Londres e Berlim impõem a paz ao sultão Selim III, que por milagre, se salva de um audaz punhal regicida, refugiado na santidade da mesquita de Achmet, receoso da vingança dos seus vassalos, vítimas de ainda mais expoliações que as praticadas pelos seus antecessores. A promoção a tenente-coronel, decretada a 8 de outubro de 1790, colhe Gomes Freire actor e espectador destes factos.

Conta vinte e seis anos. É um lindo moço. A fama de bravura do juvenil oficial portuguez ecôa por S. Petersburgo. Catarina II não satisfeita em agraciar o nosso compatriota com o hábito de S. Jorge, o mais valioso da época, como ainda o é hoje, concede-lhe uma audiência solene, na qual lhe cinge pelas eburneas mãos, uma espada de honra. Pretendem alguns cronistas que *essa da Russia imperatriz famosa* não ficou indiferente à varonilidade do tenente-coronel occidental. Incidentes dessa espécie nunca se apuram com absoluta autenticidade. O que parece averiguado é terem-se suscitado atritos entre Potemkim, amante afixado da tsarina, e Gomes Freire. Este já coronel — outra prova de apreço significado pela munificência imperial, — vem para Lisboa, onde em 1791 lhe confirmam esse posto e destinam para comandar o regimento denominado das Minas. Pisa de novo o solo pátrio em setembro de 1793.

*

* * *

Inicia-se a impopular campanha do Roussillon. O regimento comandado por Gomes Freire tem agora o seu nome.

Não embarcando com êle, jornadaei por terra para se colocar à sua frente. Uma divisão de cinco mil homens, às ordens do general João Forbes de Skellater, escocês, opera ao norte da Catalunha, juntamente com os espanhoes, contra as tropas francesas republicanas. No nosso estado maior pululam os estrangeiros. É o par e general inglês, duque de Northumberland, Montmorency, o príncipe de Luxemburgo, os condes de Chelons, de Liautau, o ajudante de Skellater, Clavière, muitos outros.

O início das hostilidades não prognostica um epílogo feliz. A indisciplina do exército espanhol assume proporções assustadoras. Não se apresenta em melhores condições a expedição portuguesa. Gomes Freire, inteligente, corajoso, dispendo de notaveis dotes militares, sereno no perigo, entusiasta quando se torna preciso electrizar os soldados, instruido com as viagens realizadas, vaidoso e sentindo na sua illustração pedestal sólido para erguer a vaidade, experimentando inata aversão pelos officiaes que doutros exércitos vinham com regalias de excepção e pingues remunerações servir no nosso, preterindo assim interesses criados e ambições legítimas, não se podia tomar, em boa verdade, para modêlo de subordinação passiva, nem de obediência absoluta, tão necessária na força armada. Redimiui, todavia, muitas das faltas cometidas, nesse particular, por meio de rasgos de audácia, de sangue frio em crises difíceis de conjurar, de um patriotismo que antepôs sempre a todas as considerações, de uma coragem individual, de um desassombro pessoal e de um brio militar que, infelizmente, nessa época e depois, faltaram a bastantes dos seus camaradas.

As últimas operações de 1793 terminariam desastrosamente para os espanhoes sem a oportuna intervenção de Gomes Freire em Ceret, que salvou os aliados de uma capitulação iminente. O heroe de Oczakova comanda a 2.^a brigada, constituida pelo seu regimento e o de Cascais. Inverna em Arlés. A maioria do exército enviado pela Espanha, cêrca de dezoito mil doentes, pejavam os hospitais. Os nossos enfêrmos ascendiam a mil, um quinto do efectivo da expedição.

Dugommier, general nomeado pela Convenção francesa, toma a ofensiva à frente de algumas divisões, de incomparavel superioridade numérica. É a esquerda dos aliados, composta de unidades portuguezas, que suportam os choques mais

violentos. Onde surgem riscos sérios e conjunturas ameaçadoras de revez, aí se encontra Gomes Freire. Nos combates de 29 de abril, de 13 de agosto, de 17 de novembro de 1794 o nome do coronel português liga-se intimamente a intervenções oportunas, a conhecimentos acentuados da sua profissão, a um golpe de vista e a uma decisão rápida e corajosa, que o erege em ídolo dos soldados, os melhores juízes nêstes sangrentos litígios.

A captura do primeiro regimento do Porto, motivada pela defecção dos espanhóis, que o deixam envolver por cinco mil inimigos, arranca frases de revolta a Gomes Freire. A praça de Figueras, com nove mil defensores, duzentas peças de grosso calibre e dez mil quintais de pólvora, entrega-se após quatro granadas que caem dentro da cidadela. Gomes Freire verbera tal fraqueza. Sacrificado incessantemente, para acudir onde os demais fraquejam, Gomes Freire insurge-se contra a moleza do escocês Forbes, contra os generais que se deixam bater, que lhe pedem socorro no momento crítico, e que por fim o malsinam pelo seu génio independente, pelo seu mau querer a tudo que não seja português.

A tomada do forte de Puigcerdá, em meados de 1795, e a rendição de Velbet terminam essa desgraçada e improficua campanha. A despesa feita pelo país em homens e dinheiro efectuou-se em pura perda. Dela só nos advieram dificuldades, desenganos e ingratidões.

A valentia de alma, o character indómito, a independência de critério, a expansibilidade nunca reprimida de Gomes Freire originaram numerosos conflitos. Uma dissidência com o coronel do primeiro regimento de Olivença, Jacob Mestral, valeu-lhe uma rápida detenção na fortaleza de Figueras. Não se intimidou. Valendo-se das suas prendas de desenhador emérito, esboça na parede da sala onde está encerrado o comandante aludido, rigorosamente uniformizado, de roca à cinta, a fiar. A alusão não podia ser mais cruel nem patente.

Uma noite pratica a leviandade de sair do seu posto em Ceret. Vai passar a noite ao quartel do conde de Assumar. Afirma a lenda que os encantos de certa dama ou damas não foram estranhos a essa grave transgressão disciplinar. Informam o general do conflito. Quem? É o francês, seu ajudante, capitão Luis Carlos de Clavière quem lhe comunica a censura

de Forbes. Gomes Freire crê ser êle o denunciante. Desafia-o. O negócio embrulha-se. A *Gazeta de Lisboa* publica o relatório da retirada do exército. Não trata bem Gomes Freire. Supõe êste que Clavière, abusando da deficiência do conhecimento íntegro da língua portuguesa de Forbes, se aproveitasse dessa ignorância em detrimento do seu brio. Responde-lhe com a costumada vivacidade. Apoda Clavière de despresível e assegura que desmaia apenas vê uma espada desembainhada. Forbes ordena uma devassa. Gomes Freire requer ao ministério da guerra para responder a conselho. O govêrno julga sanar a questão mandando recolher o exaltado coronel a Lisboa.

A maioria da officialidade portuguesa satirizava Forbes. Os de maior mérito não o poupavam. Entre os mais ferteis em epigramas avultavam o coronel Magalhães e Menezes, Gomes Freire, Pamplona, etc. Quando ao regimento de Gomes Freire consta o regresso do seu coronel, sacode-o a todo êle um unânime e eloquente sentimento de pesar. Os officiaes e cadetes, no meio dos quais se salientam o marquês de Alegrete e o capitão visconde de Fonte Arcada, dirigem à rainha um abaixo assinado. Aos soldados e aos graduados revolve-os e impele-os uma sólida uniformidade de admiração e de reconhecimento. Organizações de feitiço tão paradoxal suscitam ódios irreductiveis e cimentam amizades inabalaveis. Entre os primeiros brota, irrompe, o rancor de D. Miguel Pereira Forjaz, — ajudante, como Clavière, de Forbes, e seu inspirador — seu primo, e que se ha de transformar, decorridos vinte e dois anos — ódio velho não cansa — no seu mais inexoravel algoz — ; entre os segundos nasce a boa camaradagem, a amizade fraternal do então tenente-coronel Antonio de Sousa Falcão, a quem, numa emergência de consideração, salvara a vida, e que se lhe conserva fiel até subir os degraus do cadafalso.

A Gomes Freire protegiam-no em Lisboa entidades valiosas. O herdeiro da corôa, mais tarde D. João VI, dispensa-lhe «singular afeição»; o secretário da guerra, seu afim, ampara-o eficazmente. A 17 de dezembro, dêsse ano de 1795, graduam-no em marechal de campo e entra na efectividade do posto a 20 de novembro do ano seguinte.

Na sucessão de vergonhosos revezes da campanha de 1801, Gomes Freire, na qualidade de quartel mestre general do marquês de la Rozière, outro emigrado francês, e na de comandante das tropas da provincia da Extremadura consegue, num arranco de patriotismo e de culto pela honra militar, eximir-se ao naufrágio quasi geral em que se afunda a altiva reputação do exército portuguez. As estâncias superiores organizam os estados maiores em conformidade com as ideas expendidas por Gomes Freire no ano antecedente.

Essas operações duram apenas dezoito dias. Em tão curto lapso perdemos Olivença, Juromenha, Campo Maior, Monforte, Arronches, Castelo de Vide, Ouguela e Barbacena. Gomes Freire reage contra a descrença e desânimo que neutraliza energias públicas e particulares. A 14 de Julho apodera-se, com os escassos dois mil homens que lhe confiam, das aldeias de Bosaens e de Fizera, na Galiza. De tal forma manobra, de tal maneira se impõe, que o exército contrário, com que se defronta, recua ante a sua ousada deliberação. Os habitantes dos povoados galegos, entusiasmados com o vigor do joven marechal de campo, bradavam à sua aproximação:

—Viva Portugal! Viva a rainha fidelíssima!

Em quatro dias, com tão exíguo punhado de gente, numa série de marchas estratégicas e tacticas, que mais tarde lhe serviriam de base para a consideração com que Napoleão I e os seus marechais sempre o distinguiram, ocupa uma importante faixa de território galego. Essa occupação, devida ao esforço do ínclito patriota, permite ao nosso govêrno negociar a sua permuta com as terras portuguezas de Campo Maior, Juromenha, Arronches e Monforte, invadidas por aqueles a quem seis anos ajudáramos a libertar-se de situações comprometedoras, e voltam para o nosso domínio.

Acontecimentos de tão incomensuravel significado para o futuro e renome de Portugal penetraram fundo na alma de um soldado destemido e de um cidadão enérgico como era Gomes Freire. Avêso a fingimentos, falava alto no silêncio do hipócrita ambiente de receio, que os meios palacianos impunham aos aulicos nacionais e aos que vinham de fora insta-

lar-se à sombra dos chorudos benesses distribuídos. Com a consciência do seu valor, militar por temperamento, activo por índole, resoluto por natureza, repugnava-lhe o fanatismo em que mergulhava a nação. Cria piamente em Deus. A pureza do seu credo demonstrava-lhe que nem todos os outros pregadores de igual crença cumpriam com o mesmo rigor e vigor o seu dever. Daí as suas exaltações, as suas revoltas, acin-tes aguilhoadores do seu génio inatamente brigão e de limitada paciência.

Em todas as cidades, mesmo nas elogiadas como modelos de ordem pública, suscitaram-se sempre, desde os séculos mais recuados, rivalidades entre as hostes, mesnadas, tropas de não importa que espécie, e qualquer corporação incumbida da polícia urbana. Os moradores de Lisboa nunca alcançaram erigir-se em padrão de cordura, condescendência ou respeito ante as entidades organizadas para lhe morigerar os costumes arruaceiros ou sopear as expansões bulhentas.

Comandava por essa época o Real Corpo de Polícia o emigrado conde de Novion. Não o viam com bons olhos as praças das unidades de linha. Percalço injustificado. Tradição estulta. Raciocínio insano. Desvario punível. Todas as censuras cabiam a essa ruim paixão de dissídio. Mas existia. A agravar a situação, de si precária, o inexplicavel, ou melhor, o xenofobo aborrecimento, contaminara, do mesmo rancoroso virus, a officialidade.

Na festa do Corpo de Deus de 1803 estraleja uma desinteligência de relativa importância entre os officiaes francezes do Real Corpo de Polícia e Gomes Freire. Cairíamos no defeito da prolixidade acrescentando que a desinteligência abrangeu tudo quanto compunha os dois corpos. Esse primeiro desacôrdo acalmou-se, com uma certa dificuldade, não há dúvida, mas acalmou-se. Não tardou que surgisse outro de mais sérios resultados.

O regimento de Gomes Freire aquartelava-se em Campo de Ourique. No dia próprio, em julho de 1803, celebra a festa da Senhora da Piedade. Os soldados da Polícia, que espreitavam um ensejo propício para tirar a sua desforra, apresentam-se nas imediações do quartel. Principiam as alusões, envenenam-se as frases, chovem as invectivas, multiplicam-se os insultos, granizam as ameaças. Facilmente se adivinha o de-

senlace. Trocam-se os primeiros bofetões e murros. Os combatentes engrossam de um e outro arraial. A exaltação dos ânimos progride. Não bastam as mãos, necessitam-se armas. Alguns acorrem aos armeiros. Despedem-se bastas coronhadas. Jorra sangue. Os mais ferros apelam para as baionetas. Há quem se lembra de arrombar as arrecadações e trazer de lá cartuchame. A favor do regimento de Gomes Freire toma partido a Legião do marquês de Alorna. A referta tende a degenerar em batalha. Tombam mortos e feridos. Gomes Freire, impávido, no seu elemento, prende o francês Gorson, ajudante do Real Corpo de Polícia.

A muito custo a bonança sucede à tempestade. O governo inquirere. Gomes Freire recolhe sob prisão à Torre de Belem. Ao seu regimento exilam-no, de castigo, para Cascais. O duque de Sussex, filho do rei de Inglaterra, então em Lisboa, intervem poucos dias depois, empenhando-se para que uma ampla amnistia socegue os espíritos, apague da memória factos desagradáveis e restitua a boa harmonia entre unidades sobre as quais flutua a mesma bandeira.

Sobrevem a invasão de 1808. Napoleão determina a Junot que organize a Legião Portuguesa. Dos nossos generais, o mais habil, o contemplado com a maior soma de distinções, é Gomes Freire. O seu mérito e patriotismo obriga o invasor a não o conservar em Portugal. Começa a epopeia que conduz o escol das tropas nacionais de Lisboa a Moscova. A índole aventureira predominante da nossa raça, expande-se à vontade. Acha-se num meio favorável ao seu desenvolvimento, e medra, dilata-se, cresce, derrama-se, realiza prodígios. Em cada um dos oito mil homens enviados por inevitável aquiescência, por obrigatória ordem do soberano, gira sangue e são descendentes da admirável peonagem de Aljubarrota, rebentos dos marinheiros de Vasco da Gama, representantes dos combatentes de Afonso de Albuquerque, netos de quantos conquistaram a Índia, dos heróis de Malaca, Ormuz e Diu, dos exploradores e avassaladores dos invios sertões africanos, dos bandeirantes e mineiros do Brasil e visinhas colónias sul-

americanas, dos navegadores e ocupantes do dédalo inextricável dos milhares de arquipélagos e rochedos isolados da Oceania, pilotos arrojados de mares incógnitos e embravecidos, vencedores de povos bélicos ignorados dos geógrafos de mais extensa sciência.

Cada dia uma etapa, cada etapa um degrau subido na ampla e deslumbrante escadaria da Glória.

Gomes Freire parte em fins de abril para Espanha, demorado como esteve algum tempo, com licença, em Portugal. A sua existência que até aí proporcionava farta matéria a um autor de novela, transita imediatamente para o campo do romance.

Aprisionado, metido numa cadeia, faculta-lhe a liberdade o hábito de Cristo, que traz ao pescoço, e que lhe transmite, momentaneamente, aos olhos dos carcereiros, a imponência e imunidades de bispo. O acaso architecta-lhe várias emergências dramáticas com o general espanhol Cuesta. Chega a Vitória, para tomar o comando dos portugueses, mas já tinham sido enviados para o primeiro cêrco de Saragoça. Bate-se aí, êle, os subordinados, com a proverbial valentia. Levantado o assédio marcha para Grenoble. Assume aí, a 10 de julho de 1808, na ausência do marquês de Alorna, o comando da Legião. Antes, Napoleão I concede-lhe uma audiência. A impressão que se grava no espírito do imperador deve ter sido benévola e perduravel pois aquêlê cérebro privilegiado nunca mais lhe esquece o nome. Nessa cidade se demora até 28 de março de 1809. A maioria da Legião segue para a Alemanha, onde peleja. Gomes Freire dirige-se para a Suíssa, para Valais, a apresentar-se ao marechal Berthier, com dois batalhões. Prefere essa situação subalterna a fazer parte do estado maior de Massena, que invade Portugal em 1810. Escreve ao imperador da Russia oferecendo-lhe os seus serviços, a fim de evitar combater ao lado dos franceses. Alexandre I recusa.

Em maio deste ano volta a Grenoble, como comandante do depósito da Legião. Reside nessa cidade até julho. Nesta data Napoleão chama-o a Paris. O imperador ouve-o com frequência ácêrca de assuntos de Portugal e de factos relativos a portugueses. Prepara a invasão da Russia. Nomeia-o a 20 de setembro de 1810 comandante da praça de Dantzig, na Prussia, lugar de concentração de diferentes corpos do Grande

Exército, destinados a aproximarem-se das fronteiras moscovitas. No desempenho dêsse cargo se conserva até 9 de janeiro de 1811, época em que se dirige para Wilna, na Polónia. Na Lithuania, incumbem-no de governar a região de Drisna.

Na campanha da Rússia, Napoleão concede-lhe a ambicionada honra de o adir ao seu quartel general. Só o encontra em Moscova. Vai com o imperador até Smorghoni. Na retirada adoece gravemente. Em Molodestchino acode-lhe Teotónio Banha, de quem Gomes Freire nunca mais se esquece. Apenas restabelecido volta para o quartel imperial, que acompanha por Koeingsberg, Dantzig, Elbing, Berlim até fins de 1812. Em março de 1813 estaciona em Francfort, à beira do Meno.

O mês de maio de 1813 traz-lhe a nomeação em Dresde, a 18, de governador de Iena. Entra aqui a 29. A situação não oferece nada de lisonjeira. Guarnece essa pequena cidade, dos estados do duque de Saxe-Weimar, trezentos soldados de infantaria e cem de cavalaria, na quasi totalidade, feridos ou doentes, e que por tal motivo ainda aí se conservam na impossibilidade de se reunir às respectivas fracções. Aos desastres experimentados pelo Grande Exército responde um movimento geral de sublevação por toda a Alemanha. Os estudantes ardem em entusiasmo e atacam temerariamente. Sobre Iena marcha um corpo franco de mil e seiscentos estudantes e outros tantos cossacos. A distância de oito léguas surpreendem e apoderam-se de alguns comboios de munições. A' uma da madrugada de 7 de junho avizinha-se da cidade, para proceder a um reconhecimento, um piquete. Cai inteiro nas mãos da mesquinha fôrça de Gomes Freire. Este a 9, como recebesse de refôrço um batalhão de infantaria e duzentos lanceiros, parte na madrugada seguinte para atacar os alemães. O inimigo não espera pela investida e retira.

Cometem-lhe agora o govêrno de Dresde. Parte para ali a 21 de junho. Gomes Freire mostra-se infatigavel. Transforma a capital do reino da Saxónia numa praça de guerra capaz de resistir briosamente às investidas dos coligados. A 27 de agosto fere-se a memoravel batalha de Dresde. O génio de Napoleão revive mais uma vez num triunfo decisivo. O tzar da Rússia e o monarca prussiano não descorçoam. A's admiraveis concepções estratégicas do primeiro capitão do século, opõem a força

do número. Leipzig, a *batalha das nações*, coloca o exército francês e as poucas forças estrangeiras que lhe permanecem fieis, em condições críticas. A defecção amplia-se à maioria. Desertam os saxónios, bandeiam-se com os contrários os bávaros, fogem para o lado dos russos os wurtembergueses. O marechal Bernardotte, perfilhado pelo rei da Suécia, herdeiro presuntivo, guerreia os seus camaradas de hontem; o general Moreau perde as duas pernas e morre no quartel imperial do autócrata moscovita. A vitória afasta-se das águias napoleónicas, o que leva os marechais do vencedor de Austerlitz a pensar também em abandonar o chefe a quem tudo devem.

Gomes Freire em Dresde acode às necessidades militares e vigia as tendências políticas da população. O partido hostil a Napoleão I incendeia os atulhados depósitos de forragens da cidade. A 3 de novembro a divisão russa Tolstoi efectua o primeiro assalto às fortificações de Dresde. O governador português deita-se vestido e dorme apenas duas ou três horas por noite. Aparece em toda a parte, nos sítios mais expostos, e a todos, com a sua singela e máscula eloquência de soldado, alenta e conforta.

Ninguém pode tentar o impossível. Nenhum milagre de intrepidez e de abnegação conseguem prolongar a resistência de Dresde. A 7 de novembro de 1813 reune-se, na residência do marechal Gouvion de Saint-Cyr, chefe supremo das forças aí aglomeradas, um conselho. Comparecem à reunião os generais conde de Lobau, conde Douronel, conde de Bonet, conde Dumas, Gomes Freire, Baltus, Marion, Dumanceau, Claparède e Berthezene. A companhia ilustra-se pela fama do passado e pelo renome que alguns hão de conquistar no futuro. Só ao nosso conterrâneo o espreita de longe, na pátria, o patíbulo, instrumento feroz das invejas, dos despeitos, do fanático rancor dos que governam o país.

No dia 12 publica-se a capitulação, assinada por Gouvion de Saint-Cyr e pelos generais russo e austríaco. Brillham as condições por honrosas, mas os adversários, depois de apostas as assinaturas dos seus delegados, não as cumprem. A 18 sai da praça a derradeira coluna francesa, comandada, como de direito por Gomes Freire. Como o comandante de um navio, leva o seu pundonor a ser o último a transpor as portas da cidade. Ao nosso bravo compatriota, como aos demais, ao

atravessar a Boémia, deteem-nos e internam-nos numa fortaleza na qualidade de prisioneiros. Gomes Freire revê a terra de sua mãe, vitima da má fé das autoridades militares das potências vencedoras. Esta primeira e desleal violência abre a série de tiranias que lhe há de lançar o barão infame ao pescoço. Segue depois para a Hungria.

A paz de 1814 faculta-lhe o regresso a França. Chega a Paris a 20 de janeiro dêsse ano. Reside na grande metrópole francesa até à fuga de Luis XVIII, após a volta de Napoleão I da ilha de Elba, e acompanha aquêlê até Pas-de-Calais. Embarca nêsse momento para Inglaterra, onde reside até 1815. A 26 de maio apresenta-se no quartel general da côrte e província da Extremadura. A 8 de junho inocentam-no do nefando crime de ter honrado em França o valor nacional, de vir coberto de glória, de ser divisionário do exército francês, de ostentar ao peito a comenda da Legião de Honra, de Napoleão I o apreciar como o melhor dos generais portugueses e de o chamar para o seu estado maior privativo, de captar a estima do exilado rei de França, estima que, nessa quadra e em presença do passado, adquire extrema importância e constitue o melhor depoimento a favor do character e orientação de Gomes Freire.

Em má hora pisa de novo o solo pátrio.

A atmosfera política e social do país, em 1815 e anos subsequentes, tornara-se irrespiravel. A maioria dos governadores do reino, bem intencionados como indivíduos, formavam em conjunto um conselho estupendo, comparavel ao dos *Dez* de Veneza e a outros que vincaram na História um traço indelével de despotismo e de terror, originado pelo mêdo, determinado pelo egoismo, exagerado pelo interesse, vaidade e ambição. O marechal Beresford, com todos os defeitos e qualidades de um genuino britão, honesto e disciplinador no fundo, duro e autocrático na forma, suscitara contra êle as antipatias da população e de uma parte do exército. A permanência nos postos superiores de oficiais do exército britânico, com dois e três postos de acesso para servir no nosso, melindrava e ir-

ritava os portugueses, que tinham combatido valente e proficientemente na guerra da Península; os rigores e excessos do recrutamento indignavam os habitantes civis, urbanos e rústicos. A espionagem, a denúncia, os pavores da intendência da polícia, prendendo sem nenhuma espécie de escrúpulo ou vislumbre legal quem quer que incorresse na fúria dos espões — necessitados de justificar as verbas elevadas dispendidas com êles, — ou caísse de alguma maneira sob a sua alçada, trazia os menos medrosos num contínuo sobresalto e os mais poltrões transidos e encolhidos de susto.

Não existia uma única válvula de segurança por onde a opinião pública respirasse. Não cabe esse nome ao *Investigador*, órgão do governo. Não lhe consentiam que se expandisse, que desabafasse. Só um jornal verdadeiramente digno dêsse nome, entrava clandestinamente em Lisboa, o *Correio Braziliense*, composto e impresso em Londres; os outros, *O Espelho*, depois *Mercúrio Português* e por fim *Microscópio*, o *Português* e o *Correio Português*, batalhavam coactos. Desditoso do «facínora» a quem um bufo encontrasse a ler um desses perigosos panfletos! A despeito das draconianas medidas de rigor tomadas contra eles foram os únicos pilotos das ainda mal esboçadas aspirações do povo, e prestaram à causa da liberdade serviços inestimáveis.

O regresso de Napoleão da ilha de Elba a França provocou no governo extraordinário pânico e ainda mais desnortou a polícia no rumo seguido dos vexames e perseguições. Espalhou-se ao mesmo tempo que entre espanhóis e portugueses, acoimados de liberais e pedreiros livres, se tinham estabelecido íntimas ligações no sentido da implantação de um regime menos opressivo. Todos estes rumores, aumentados com o exagêro do costume, chegavam aos ouvidos dos governantes como um rebate precursor de uma revolta que os apearia do pedestal da administração e lhes roubaria com os benesses e honras a própria vida. O principal Sousa, a quem Gomes Freire chamava nas suas cartas Robespierre, sem pôssuir nem sombras do incômensuravel talento do ditador francês, deixara-se invadir por uma pusilanimidade moral enorme, e não lhe cedia o lugar em matéria de repressões sanguinárias. A aclamação de D. João VI no Rio de Janeiro e o pedido que lhe endereçaram os governadores de regressar breve a

Portugal, não só não acalmaram a excitação provocada pela rebeldia de Pernambuco, mas ainda a aumentaram, muito principalmente quando Beresford comunica em documento oficial os boatos espalhados e as participações vindas de Inglaterra, de ali terem rebentado motins, e da Espanha tomar a nosso respeito uma atitude hostil. Verdade? Exagêro? Uma e outra coisa. Ao marechal britânico, que se encontrava bem, rico, repleto de mercês honoríficas e pecuniárias, munido de poderes discricionários, não lhe convinha deixar escoar por entre os dedos situação tão invejavel e deixar-se apear por qualquer rival.

A chegada de Gomes Freire coincide com êste anormal estado de espíritos. De natureza exuberante, palavroso, de vaidade um tanto espalhafatosa, amimado no estrangeiro pela sorte e pela glória das armas, tendo assistido em boa parte ao formidavel embate das três grandes correntes que sacudiam a França — a republicana, a imperialista e a realista — com a consciência de bem ter cumprido o seu dever, não se precau-veu contra a espionagem, nem se guardou da superstição religiosa, nem se defendeu da intransigência e intolerantíssimo fanatismo religioso.

Pelo contrário, contando com o prestígio adquirido pela sua carreira militar, imprudente e inconseqüente, faz gala em defender doutrinas que não se radicam no seu ânimo, mantém relações com personagens espanholas suspeitas, oferece-lhes jantares, aceita dêles banquetes. Iniciado na maçonaria por Miguel Ney, investem-no em Lisboa no elevado e perigoso cargo de grão-mestre. A massa popular assoberbada, oprimida, triturada por mil barbaridades, olha com affecto para o bravo tenente-general. O seu fardamento é para ela o símbolo perpetuador das proesas tradicionais do exército nacional; o desassombro da sua alma ergue-se como uma esperança, indefinida é verdade, mas acarinhada, de que se desfralde como um lábaro redentor de tantos males e misérias.

Os sentimentos mesquinhos de uns, as inconfessaveis ambições doutros, os velhos e latentes ódios de alguns, as ruins paixões de bastantes e a apatia e cobardia cívica gerais, vão-lhe fazer pagar caro esses poucos meses de popularidade, de dizer o que sente, de patentear o que pensa, de falar quando toda a gente se cala.

Não nos espraiaremos no caso das lojas maçônicas *Filantropia*, *Virtude* e *Filadelfia*, nem do tristíssimo papel desempenhado pelos seus associados capitães Corvo de Camões, Morais Sarmento, nem da incongruência e desventura do alferes Cabral Calheiros, das denúncias que se seguiram, das instigações à conspiração, das prisões efectuadas, da instauração do processo, nefando complemento das mais vis e abjectas perversões morais de que há exemplo no fôro. Do que não resta a mínima dúvida, então como hoje, é da absoluta inocência de Gomes Freire na conspiração de 1817. Não se encontra em todo o volumoso processo um único vestígio, a sombra de uma prova jurídica da sua participação nela. Só presunções interessadas, manifesta vontade de lhe arrancarem a vida, a honra, o ascendente militar.

Desde que o acordão da Relação é lavrado, a 15 de outubro de 1817, Gomes Freire e os demais co-acusados, em absoluto mártires pelos tormentos sofridos até aí, entram nos domínios litúrgicos da canonização.

Beresford mobiliza as tropas de Lisboa na noite de 25 de maio, data em que se realizam as capturas dos pseudo-conjurados. O barão de Albufeira e Aça tentam salvar Gomes Freire. O tenente general sabia que o prenderiam. Declara-o na véspera ao conde de Rio Maior. Permanece quieto. Porquê? Tranquilidade de consciência? Desprêso do perigo? Na fatídica noite invadem-lhe de repelão a moradia, ao Alto do Salitre, perto do chafariz do Rato. Empunha uma pistola. Para se defender? Para se suicidar? É a amante, Matilde de Melo, dedicada até à última, quem lhe arranca a arma. Verbera indignado o tenente coronel José Maria de Sousa Tavares que acaudilha os captores. Não fica um escaninho que não rebusquem. Não se lhe encontra nada de comprometimento. Todos os seus papeis são metidos em turba-multa dentro de baús. A pressa é tanta que nem o deixam calçar botas. Só no pátamar lhe concedem esse favor. Entra na carruagem. Ladeiam-no precavidamente. A escolta desembainha espadas. As rodas da sege e as ferraduras dos cavalos arrancam chispas às pedras da calçada. A's seis da manhã apeia-se à porta da Torre de S. Julião da Barra. Dali só sairá para o patíbulo.

Três entidades aproveitam e folgam com o seu desaparecimento do tablado da existência. Beresford por inveja, o prin-

cipal Sousa por fanatismo, D. Miguel Pereira Forjaz, seu primo, por ódio.

Na casamata onde o encarceram não há luz, nem cama, banco, nem sequer um molho de palha para descançar os ossos dos desesperados solavancos do carro. O coronel e os oficiais de infantaria 19, para ali mandados de guarnição para policiar o trágico successo, condoem-se do seu antigo general. Envia-lhe comida, um colchão, dois cobertores. Archibald Campbell, official da confiança de Beresford, recebe no dia seguinte a nomeação de governador da Torre. Tanta miséria e infortunio impressionam-no. Só ao cabo de seis dias e de incessantes reclamações consegue que os governantes autorizem o abôno de doze vintens para a comida de um divisionário de Napoleão I. Durante esse praso, Campbell manda-lhe do seu passadio. Gomes Freire não aceita o ridículo subsídio do govêrno.

Um veterano angaria-lhe os parques gêneros, outro, o Sales, cosinha-lhos por caridade. A custo dotam a masmorra com uma enxerga de soldado. As abóbadas instilam tanta humidade, que o mísero encôsto está sempre ensopado. Nem o quente sol de setembro logra enxugá-lo. Decorrem semanas nesta penúria. O prêso adocece. Visita-o o físico-mór do exército José Carlos Barreto. Nem o examina. Declara a Campbell que a enfermidade não passa de uma simples erupção cutânea devida à barba crescida. O general inglês, a quem Deus não fadara para carcereiro, de character nobre, solicita do intendente da polícia licença para adquirir uma navalha de segurança para o detido se barbear. Negativa formal. Declara que estará presente enquanto um barbeiro, chamado para o efeito, proceder à operação. Recusa categórica. Mais. Determinam-lhe de forma cominatória, absoluta, que se oponha à entrada no sinistro tugúrio de qualquer objecto de gume ou ponta. Campbell teima. Envia para ser examinada pelo intendente a navalha, por completo, inofensiva. Responde a autoridade policial com sete pedras na mão.

Por esta altura os magistrados iniciam os interrogatórios. Na maior parte dos dias começam antes das oito da manhã e concluem depois das quatro. O escrivão regista o que lhe dita o desembargador, quasi nunca o que depõe o acusado.

Gomes Freire pede para dirigir um requerimento ao rei.

Campbell intercede. Beresford, já com uma ponta de remorso, autoriza, depois de prévia consulta do govêrno. Facultam-lhe meio de escrever na presença do comandante. Beresford entrega a representação ao marquês de Borba. Gomes Freire ao saber do destino da exposição escreve a Falcão: «Verá que hei de ser enforcado nesta fortaleza como um cão».

Não se enganava.

A humanidade de Campbell desperta suspeitas no govêrno. Mandam-lhe para o lado, para o vigiar, um espião, o desembargador Pedro Duarte da Silva, o *Pedro Cruel*.

Chega o 17 de outubro, véspera da execução. Haddock, oficial inglês, tenente-coronel do 19, experimenta retardar a entrada do algoz na Torre. O desembargador Silva anula-lhe os esforços. Lá dentro, Frei Diogo de Melo e Menezes confessa o maçon, e diz dêle: «Se há santos, Gomes Freire é um dêles». O tenente-general, o comendador da Legião de Honra, o bravo coronel de Oczacova, o oficial do estado maior de Napoleão I, o intrépido defensor de Dresde, barbeia-se e farda-se na esperança de que um pelotão, atenua, purifique, com as suas balas, a flagrante iniquidade dos juizes, o fero rancor dos homens. Nada disso. A inveja, o fanatismo, o ódio inveterado querem que ascenda ao mais alto cêrro do calvário. Só se saciam com a suprema ignomínia do baraço.

O que succedeu depois naquela radiante manhã de 18 de outubro de 1817, iluminada por uma luz branda, tépida, com os montes a esmaltarem-se de verdura, com os campos a matizarem-se de flores, indignou, comoveu testemunhas e protagonistas, incluindo o próprio carrasco. O outro não. O carrasco togado, cheio de medo pela attitude de Haddock, receoso com a sêca energia do coronel Amaral, assustado com o brioso desassombro de Archibald Campbell, esmorecido com as lágrimas dos soldados, só respira quando o cadaver da sua vítima, mal queimado, é atirado ao rio, para voltar para terra impellido pelo refluxo, roído em parte pelos cães, para ser por fim, o que dêle restava, enterrado por mãos piedosas, na praia.

Trágico centenário êste, que comemora o passamento infamante de um glorioso oficial do exêrcito português e um inocente sacrificado à cegueira das paixões políticas.

A guerra de trincheiras no teatro ocidental poderá converter-se em guerra de movimento?

A fisionomia de uma futura batalha

Depois da vitória do Marne, a que os proprio franceses chamam—*milagre do Marne*—os exercitos alemães recuaram até ao *Aisne* e aí, por meio de uma poderosa organização defensiva, detiveram a ofensiva dos exercitos anglo-franceses, tão oportunamente indicada e iniciada pelo general Gallieni e desenvolvida e superiormente dirigida pelo generalissimo Joffre.

Não tiveram nesse momento supremo os franceses massas de cavalaria que, efetuando uma perseguição á Lassalle, exercessem uma ação decisiva, deixando assim escapar a ocasião de uma grande vitória.

Procurou então o general Joffre manobrar e envolver o flanco direito do inimigo, e este, por seu turno, tentou tambem uma manobra semelhante sobre o flanco esquerdo dos aliados.

Daí começou essa *corrida para o mar*; e assim, dentro em pouco, a frente de batalha se estendeu desde o mar do Norte aos Vosgos e ao Rheno, tornando impossivel toda a manobra.

Esta situação especial, só tornada possivel com os grandes efectivos de que dispõem os beligerantes, e com a poderosa organização defensiva das frentes de batalha, levou á guerra de trincheiras, que deu a esta luta uma fisionomia especial, na qual se tem consumido tempo, vidas e imenso material.

Já lá vão tres anos que os colossos se atacam de frente e procuram, quais cavaleiros armados da idade media, uma pequena fisga na couraça por onde possa penetrar a ponta, da lança ou da adaga.

Luta tremenda, em que milhares de toneladas de ferro, voando pelos ares, apenas conseguem, aqui e ali, fazer pequenas mossas que não levam á decisão.

Inutilmente em Verdun os alemães procuram romper a frente francesa, como também o não conseguem os aliados no Somme, nem em Messines.

Se os ataques frontais não permitem a decisão nos campos de batalha, porque se não recorre simultaneamente á manobra?

Estão os flancos poderosamente apoiados, tornando o envolvimento impossível?

Mas se na terra isto é assim, não succede o mesmo no ar. Neste, a manobra é livre e possível.

E', pois, no ar que se poderá e deverá produzir a decisão.

E' a nova arma—*os aviões*—que permitirão a manobra.

E' preciso, pois, que os aliados disponham de tal quantidade de esquadrilhas de aviões—alguns milhares—para que uns permitam a posse do ar, e possam, arrojando toneladas de explosivos, destruir á retaguarda da frente da batalha os enormes depositos de viveres e de munições; inutilisar os comboios automoveis, que levam ás tropas os seus abastecimentos; impedir de avançar ou destruir as reservas de homens que devem ir substituir os que sucumbem na luta; paralisar, emfim, todo o movimento da retaguarda para a frente.

E ao mesmo passo, que outros tomam parte nos combates terrestres, fazendo a exploração (estrategica e tatica), observando o tiro da artilharia e indicando-lhe os objectivos, estabelecendo a ligação entre o comando e os elementos subordinados, e cooperando com a infantaria no ataque¹.

Nestas condições, desenrolados os combates nas frentes decisivas, chegará um momento em que as tropas alemãs que combatem, cairão exaustas e terão de se render, porque não poderão receber viveres, nem munições, nem reforços.

Só então se produzirão largos e profundos rasgamentos na

¹ Daqui se deve concluir quanto são complexas as missões confiadas aos aeroplanos, tornando-se indispensavel maquinas com características diferentes, e até aos aviadores se torna necessario a especialisação.

frente de batalha, por onde irromperão corpos de cavalaria, que alargarão as brechas, efectuarão uma energica perseguição, convertendo a retirada das forças desordenadas numa completa debandada.

A vitoria será então certa, o colosso cairá por terra, e um sol de alegria se espargirá por todo o mundo, tirando á humanidade este enorme pesadelo em que vive vae para quatro anos, sem saber se ha tantos seculos os homens procuram arrancar á natureza os seus segredos para o seu bem estar, ou para se trucidarem mais ferozmente.

A terra tornou-se um circo imenso em que milhares de feras se degladiam espargindo o sangue e levando o luto e a dôr a milhões de seres!

E' preciso pois abreviar e pôr termo a esta carnagem.

A' quinta arma pertence a decisão.

Para isso torna-se indispensavel que entrem em combate 15.000 aeroplanos; que haja mais 35.000 de reserva, e se disponha de 100.000 aviadores.

A entrada dos Estados Unidos da America na guerra permitirá dar á nova arma um tal desenvolvimento?

Todos os esforços se deverão conjugar neste sentido.

A luta aerea deverá facilitar e tornar possivel a vitoria nos campos de batalha terrestres.

Assim o penso, e assim o desejo.

Não virá, porém, a entrada dos Estados Unidos na luta complicar, em vez de facilitar, a acção dos aliados, como já succedeu com a entrada da Romenia? O futuro o dirá, e este não vem longe.

V. J. CESAR.



A ESPIONAGEM

Todos os Estados procuram guardar o maior segredo quanto às medidas que hão-de pôr em pratica ao declarar-se o estado de guerra. Figuram entre estas medidas as disposições e preparativos em que se há-de basear a mobilisação e o desenvolvimento strategico, as medidas de protecção de costas, fronteiras e caminhos de ferro, o plano de operações, etc. Guarda-se tambem um rigoroso sigilo ácerca do efectivo das tropas, fardamento, armamento e sua distribuição ao começar a guerra. Tudo isto, deve surpreender o inimigo, e subtraír tais assuntos ao conhecimento do publico, não só é perfeitamente justificado mas é mesmo uma necessidade para o exito das operações.

Pelo que respeita aos limites desse segredo, nem todas as opiniões estão de acordo. A reserva exagerada torna-se, afinal, contrêproducente e convem limitar, dentro do possivel, o que haja de se reservar, pois que só assim cabe guardar verdadeiramente o segredo. Assuntos ha que não se podem occultar ao publico, e vale mais reconhecê-los com franqueza do que pretender que fiquem secretas coisas de que fala toda a gente.

Mas se todos os exercitos occultam os seus preparativos militares, em compensação esforçam-se em averiguar os dos seus provaveis inimigos. Não carecem para isso recurso de especie alguma, e neste ponto atinge todo o seu valor a maxima: «O fim justifica os meios».

Não resta duvida que a espionagem é um serviço reprovavel, e as leis de todos os países a castigam com as mais graves penas. Mas, não obstante, nenhum deles pode, em absoluto, prescindir dela. Procederia com leviandade o exercito que, por motivos de ordem etnica, renunciasse a essa fonte de informação militar.

Uma das bases mais importantes sobre que ha-dê assen-

tar o plano de operações consiste em conhecer exactamente os recursos do inimigo e em determinar as suas forças e os seus meios de combate. Quanto mais exactos forem esses dados, quanto mais se ajustem á realidade, tanto mais acertados serão os planos de operações.

Compete ao Estado Maior procurar, durante a paz, os elementos necessarios à elaboração desses dados. Por esse motivo o grande estado maior de Berlim dispõe de secções especiais encarregadas do estudo dos países estrangeiros, seus exercitos e zonas de operações. A primeira secção tem a seu cargo a Russia, a terceira a França, a oitava a Austria, Suissa e Italia.

Cada uma tem um chefe de secção, varios officiais do Estado Maior (officiaes superiores e capitães) e primeiros tenentes agregados.

A cada um desses officiais confia-se-lhes um determinado trabalho de dados precisos e limitados; assim, um estuda a força e a organização de pé de paz; outro a mobilização, pé de guerra e provavel desenvolvimento estrategico; um terceiro estuda o material e armamento; outro, a instrucção tática, etc. Como estes officiais dedicam anos de trabalho a materias muito definidas, tornam-se de certo modo, especialistas com um conhecimento exacto dos assuntos que teem a seu cargo, conhecimento que lhes permite acompanhar as variações importantes que se introduzem e a influencia que podem exercer na força e eficacia do exercito inimigo.

Para adquirir noticias, valem-se, em primeiro lugar, dos jornais, e especialmente das revistas militares. Teem que ler e examinar, logo que apareçam, não só todas as publicações militares, mas tambem as revistas e jornais politicos que, com frequencia, conteem noticias de extraordinaria importancia.

E não se trata só dos grandes jornais das capitais que exercem um papel importante na vida política, mas muito particularmente de jornais pequenos das províncias que se publicam nas regiões fronteiriças e que dão por vezes noticias sobre mudança de guarnições, exercícios importantes, experiências de armas e canhões novos, e também sobre construções de estradas, obras de fortificação, etc.

Outra fonte de informação é constituída pelos relatórios dos adidos militares, acreditados em todas as nações de importância militar. Há-os em Roma, Paris, Madrid, Londres,

Stockholmo, Petrogrado (onde além do adido militar, há um plenipotenciário militar especial), Berne, Bruxellas, Buckarest, Constantinopla, Washington, Peckin e Tokio. Todos eles são oficiais do Estado Maior, escolhidos especialmente pelo chefe de Estado Maior para a sua importante missão e cheia de responsabilidades, que consiste em manter estreitas relações com os centros directores do exército do país, em conhecer pessoalmente os seus chefes e em averiguar as suas opiniões sobre as questões militares pendentes.

Devem assistir com frequência, aos exercícios das tropas, para formar idea exacta da instrução do exército correspondente e acompanhar com cuidado a sua literatura militar, informando periodicamente o Estado Maior, por intermedio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De tudo isto se depreende a influência que ha-de exercer o seu critério sobre o Estado Maior. Informarão sobre tudo aquilo que o Estado Maior não poder obter pelo mero estudo de livros e jornais. Especialmente devem averiguar se a instrução das tropas se ajusta às disposições regulamentares. Isto, à primeira vista, parece coisa evidente, mas na realidade, muitas vezes não coincidem as disposições vigentes e a instrução prática das tropas.

A tactica e a instrução mudam continuamente e progridem no seu desenvolvimento. Em compensação, os regulamentos não podem fazer mais que fixar as normas e as ideas que imperam em um dado momento, e que muito depressa são alterados pela realidade dos factos. Basta recordar que, durante muitos anos, temos tido um regulamento de Infantaria antiquado que, cumpre confessar, ninguem o observava já, e que os princípios do combate no campo e as respectivas manobras diferem por completo dos consignados no regulamento. Os adidos militares estrangeiros afirmavam que esse regulamento fôra feito para iludir os demais países a respeito da verdadeira instrução do exército alemão.

Os adidos militares devem nos seus relatórios, chamar a atenção para essas divergências. Necessitam vários anos de observação pessoal para chegar a formar uma idea exacta das condições do seu exército, do seu espírito, da sua disciplina e da sua eficácia, e por isso se procura conserval-os nos seus lugares pelo maior tempo possível.

Essas observações são difíceis de serem apreciadas com acerto, é preciso ter em conta as particularidades de cada povo. É erro pretender dos fogosos países latinos as mesmas condições que dos ponderados habitantes do Norte e do Oriente.

Um observador superficial encontrará nas tropas francesas pormenores que consideraria deficientes se estivesse acostumado a só apreciar a rígida instrução das tropas prussianas. E seria grave erro deduzir daí que as tropas francesas estavam mal instruídas e não se achavam à altura da sua missão.

Deve-se verificar cuidadosamente se se trata só de exterioridades e de sintomas que não toquem no interior da instrução, ou se acusam verdadeiramente deficiências nesta e na disciplina.

A personalidade dos chefes exerce grande influência em toda a campanha; conhecendo o seu caracter pode-se muitas vezes deduzir a acção que darão às operações.

Uns, são rápidos nas suas resoluções, resolutos e inclinados sempre para a offensiva; outros, são mais prudentes e circunspectos e o seu caracter leva-os mais às soluções defensivas. Para formar um juizo exacto do inimigo fazem falta todos esses elementos que nos hão de proporcionar os adidos militares, e de tudo o que deixamos exposto se depreende a importância da missão que desempenham.

A guerra russo-japonesa poz novamente em relevo a funesta influencia que podem exercer as informações inexactas.

Como é sabido, a guerra surpreendeu os russos, que desconheciam em absoluto a força e as condições que demonstraram os japoneses, e como consequência desse desconhecimento os seus preparativos de guerra foram de todo insufficientes. A origem de tudo isso deve-se buscar nas informações erradas que de Tokio para S. Petersburgo haviam enviado os adidos militares durante os últimos anos. Na sua narração official da campanha, o Estado Maior russo menciona esses erros com toda a sinceridade e franqueza, reproduzindo literalmente parte dos relatórios que deram lugar a tais deficiências. O coronel Wannowsky exprimia-se no ano de 1900 nestes termos: «O exército japonês está ainda muito longe de haver saído do estado de desorganização que forçosamente atravessa qualquer exército organizado sobre bases totalmente estranhas à cul-

turá do povo. Não-de passar muitos años e até séculos para que o exército japonês assimile as bases morais sôbre as quais assenta a organização de qualquer exército europeu e possa colocar-se à altura de qualquer dos mais fracos deles».

O mesmo coronel, no seu relatório sôbre as manobras, escrevia em 1901 o seguinte: «A escassa mobilidade das baterias chega por vezes a ser cômica. Nunca se notou que se fizessem observações nem que se censurasse; todos sorriem, succede o que suceder.

O comando é frouxo e carece de toda a iniciativa. Consequência de tudo isto é que, contra tal exército, um destacamento de cavalaria dotado de artilharia, procedendo com alguma resolução e rapidez, alcançaria um êxito decisivo».

Mais severo e ainda mais desfavoravel é o juizo que, sôbre o exército japonês, emite o general Ivanoff, chefe do Estado Maior do primeiro corpo siberiano. Esse general não encontrava nos japoneses nada de bom, nem nos comandantes nem nos soldados. Não conheciam o manejo da sua arma, nem sabiam aproveitar o terreno, careciam de disciplina, resistência e, em geral, de todas as condições militares. Achava que os chefes não compreendiam o mecanismo da guerra e considerava-os pretensiosos e dotados de uma lógica especial.

O general Ivanoff entendia que os oficiais japoneses, considerados sob o ponto de vista europeu, pertenciam todos à categoria dos que «não estão à altura da sua missão» e que o exército japonês, que só existia em algarismos no papel e em reclamos nos periódicos, só merecia ser considerado como um exército em infância». Não é para extranhar que, depois de tais juizos, os russos, viram-se muito surpreendidos pelos êxitos dos japoneses.

É necessário que os relatórios dos adidos militares se leiam e se tomem na devida conta. O coronel Barão de Stoffel, adido militar de França em Berlim antes da guerra de 1870-71 era um dos poucos oficiais franceses que haviam conseguido formar um juizo exacto acêrca da força e condições do exército alemão. Tinha enviado relatórios muito detalhados e completos, mas não os tomaram na devida consideração em Paris. No palácio das Tulharias encontraram-se em 1871 a maior parte deles sem terem sido lidos. Se o Imperador lhes tivesse ligado aten-

ção não se teria decidido tão ligeiramente à guerra com a Alemanha.

É opinião corrente de que são os adidos militares quem hão-de organizar e dirigir a espionagem militar; mas essa opinião não é acertada, e, pelo contrário, o adido militar não deve intervir nesse serviço. Deve considerar-se de certo modo, como um hóspede em país estrangeiro, hóspede que é recebido com todo o género de atenções e que tem acesso em todas as dependências militares em quanto seja compatível com a segurança do país. Não corresponderia a essas atenções desenvolver uma acção criminosa, que é castigada com penas severas e pretender induzir a esses manejos os naturais do país. Além disso, a sua situação é tão saliente e tão vigiada por toda a gente, que os resultados do seu trabalho teriam que ser mui escassos.

Como regra geral a espionagem não pode ficar a cargo dos adidos militares. Nos debates perante o tribunal de Leipzig viu-se que a Inglaterra tem uma repartição de informações que funciona no Ministério da Guerra como secção especial e secreta; constitui o centro do serviço de espionagem. Analogamente, o Estado Maior francês dispõe de um *Bureau de renseignement*, e de igual forma parece organizado êste serviço em todas as demais potencias militares. Pertencem a estas repartições um restrito número de oficiais que deverá permanecer muitos anos nos seus lugares, pois só assim adquirem a experiência e os conhecimentos necessários para esse difficil serviço. Os recursos que requer consignam-se no orçamento como «despesas secretas», e é um factó curioso que o Estado e a representação nacional castiguem severamente a espionagem e, ao mesmo tempo, votem todos os anos os recursos necessários para a fomentar. A repartição de informações mantém uma série de agências e nestas tem toda a sua amplitude o imoral e censuravel serviço. Não somente se opera por meios ilícitos, mas ainda se indus pessoas fracas à traição, utilizando para isso as suas paixões ou a sua situação precaria.

A mola real é sempre o dinheiro; quando êste processo falha, é êle substituído por mulheres. E recorre-se às vezes a ofertas de cruces e de honras, explorando também, ainda que em menor escala, os sentimentos de vingança e de amor próprio despeitado.

Para que se possa guardar segredo, não são os agentes designados pelos seus verdadeiros nomes, mas por meio de números ou de letras. Os seus nomes e as suas senhas são somente do conhecimento do chefe da repartição de informações, e não são eles próprios muitas vezes quem obtem directamente as notícias, mas uns intermediários que tem ao seu dispor agentes subalternos.

Quando uma autoridade militar necessita determinados dados sobre o exército inimigo ou sobre os seus preparativos de guerra (como construções de estradas, caminhos de ferro, fortificações, armazens, etc.) dirige as suas perguntas à repartição de informações, a qual redige os questionários de que tanto se falou em Leipzig. Estes questionários são remetidos aos agentes fixos ou a uma pessoa escolhida para uma missão determinada, a fim de que as contestem, e, em regra, dirigem-se as mesmas perguntas a várias pessoas, e por esse modo, comparando as diversas respostas obtidas, pode-se julgar da exactidão das informações. Também se deve ter em conta que os agentes, com o fim de reclamar a paga dos seus serviços, quando não conseguem averiguar nada, tratam de inventar notícias.

Reveste assim uma importância grande a contra-espionagem. Praticam-na agentes que oferecem proporcionar notícias sobre um determinado exército, e que, na realidade, estão a soldo desse mesmo exército, a cuja repartição de informações comunicam qual a espécie de dados que se lhes pediram. A repartição facilita-lhes então as respostas que lhe convem dar, e de essa maneira pode dar notícias falsas. Nestes manejos, nessas informações e contra-informações se distinguem os verdadeiros agentes dos espões.

A distribuição do trabalho, o exame das informações e a sua comprovação, chegaram a constituir uma arte que requer longa prática e muita habilidade, a ponto de existir uma obra especial que estuda a essência e a arte da espionagem. A missão que se confia a cada agente tem que ser muito concreta. Assim por exemplo, se se suspeita que um Estado mudou a zona de seu desenvolvimento estratégico, não se enviam agentes para averiguar a exactidão deste facto em geral, mas encarrega-se um agente que reconheça uma determinada linha ferrea que a suposta zona dispõe, o qual tomará nota das rampas, pro-

longamentos de via e serviço de telégrafos e de sinais que excedam às necessidades normais. Outro agente se encarregará do que se refere a estradas, especialmente das que partem das estações ou a elas conduzem. Observará outro a instalação de armazens e as conduções de víveres para as tropas e gado, etc.

Há que averiguar se foram reforçadas as pontes, se as de madeira foram substituídas por pontes de ferro ou de pedra capazes de suportar grandes pesos, como são os automóveis de carga. O aumento repentino do pessoal nas dependências da Administração militar e nos quartéis gerais constitue indício valioso, assim como as conferências frequentes das autoridades civis e militares. Talvez se consiga adquirir algum exemplar das instruções para a mobilização das que, em tempo de paz, fartamente se distribuem às tropas. Vão-se adquirindo dêsse modo notícias proporcionadas por gente de todas as classes, notícias que isoladamente consideradas poderão ser insignificantes, mas que no seu enlace recíproco, constituem um material valioso.

O comando activo também terá preparado o serviço de agentes para o caso de guerra. Nem sempre bastam as notícias que proporcionam as patrulhas de cavalaria. Podem estas reconhecer as linhas avançadas do inimigo e as testas das suas colunas, mas não o que ocorre à retaguarda das mesmas e que, precisamente, é o que reveste maior importância. É preciso averiguar se o desenvolvimento do inimigo se executa realmente como se havia suposto, ou se, à última hora, acusa alterações, e quais essas modificações. Para isso necessitam-se notícias acêrca do trabalho nos caminhos de ferro, pontos de desembarque e número e qualidade das tropas desembarcadas. Essas notícias hão de fornecê-las pessoas especialmente escolhidas para isso, que devem residir nos pontos precisos e designados já desde o tempo de paz para exercer essa missão.

Os telegramas transmitidos aos países estrangeiros neutrais são-o em linguagem cifrada ou convencionada, pois ao decretar-se a mobilização são cortadas as comunicações com o inimigo, quer telegráficas quer telefónicas e cabos subterrâneos.

Os telegramas expedidos para o estrangeiro tem que ser redigidos por forma clara e precisa, de forma a evitar-se termos capciosos, porque nesse caso não seguiriam o seu curso.

Esses telegramas podem ser passados, lançando mão dos mesmos processos ou códigos de que se servem as casas de banco para os seus negócios. São os que parecem mais inocentes. Assim, nenhum empregado de telégrafos rejeitará um despacho para Londres dirigido a Mr. Smith, comunicando-lhe que chegaram a Colónia 20 vagons de bois; esse telegrama pode querer dizer, que nas últimas 24 horas chegaram a Colónia 20 comboios cada um conduzindo um batalhão de infantaria.

As praças fortes adoptam também medidas especiais. Quando o inimigo invade o país tem que as sitiar, e oferecem para elas muito interesse as notícias do sitiante, os seus planos e as suas medidas.

Convem determinar, com tempo, contra que parte da praça pensa o inimigo dirigir o seu ataque regular.

Quanto mais cedo isto se saiba, poderão com antecedência tomar-se as medidas necessárias para se opor a tal. Haverá que determinar os pontos de desembarque, construção de caminhos de ferro de campanha, instalação de depósitos de ferramenta e concentração de operários.

Para isso, escolhem-se, desde o tempo de paz, nos arredores da praça, pessoas que estejam bem inteiradas dos pontos que tem de observar e dos meios de fazer chegar as notícias com rapidez e dissimulação. Convem valer-se de pessoas que, pela sua profissão, conheçam bem a localidade e não despertem desconfiança às tropas.

Muitas delas, sendo antigos sargentos, estarão ao corrente dos assuntos militares. Em ocasião própria serão devidamente instruídos para que possam informar sobre questões técnicas, como sucede no que se refere a notícias de peças e calibres.

Fazer chegar tais notícias a uma praça sitiada, oferece dificuldades e há que recorrer a pombos correios e a sinais luminosos; e em dadas ocasiões também se podem encontrar comunicações subterrâneas, como antigos aquedutos de água, os quais se empregarão para tal fim.

Já temos indicado que no serviço de espionagem se evita, tanto quanto possível, empregar oficiais. Deve procurar-se evitar coloca-los em situações que tragam conflitos com as leis do país e que os exponham a penas graves e por vezes humilhantes. Mas ainda quando essa seja a regra geral, há alguns países que não prescindem em absoluto deles, quando se

trata de certas notícias. Provas disso nos dá a condenação dos ingleses French e Brenden, assim como a do capitão francês Lux.

Este caso apresenta-se especialmente nas questões que dizem respeito à marinha. Os desembarques de tropas, nas costas estrangeiras, oferecem muitas dificuldades. Requerem, como ficou demonstrado no processo de Leipzig, um conhecimento exacto das sondagens, dos pontos de acêso, da ancoragem e atracção dos navios e da perfeita segurança aos fogos do inimigo.

Tudo isto só o pode determinar pessoal residindo no litoral que vá ao ponto preciso, e haverá que recorrer a êle, particularmente, naqueles casos em que não se pode proceder a medições directas, a menos que se tenha de apelar para a apreciação de longe. Ao rebentar a guerra fazem-se desaparecer os sinais que, como boias, facilitam a navegação; os faróis deixam-se de acender, e destroem-se os objectos que na costa podem servir de pontos de referêcia. Se em circunstâncias normais a navegação costeira oferecer já muitas dificuldades, tais dificuldades crescem de modo extraordinário, quando faltam todos esses meios auxiliares. A esquadra não pode contar, nesse caso, senão com os seus próprios officiaes, e então convem muito que tenham navegado já naquelas águas e as conheçam para poder substituir os prácticos e aproximar os barcos dos pontos de desembarque que se tenham reconhecido durante a paz.

As batarias de costa estabelecem-se geralmente por detrás de accidentes de terreno, ficando occultas às vistas do mar.

Para dirigir os seus fogos tem a esquadra que se servir da carta, e é necessário que as batarias estejam designadas nela com toda a exactidão.

Em tempo de paz o tiro regula-se por certos pontos de referêcia como árvores e sebes, mas todos êles fazem-se desaparecer em tempo de guerra e não fica então nenhum recurso a não ser a medição de ângulos. Durante a paz procedem-se a reconhecimentos minuciosos, cujos resultados se devem mencionar nos manuaes secretos de marinha.

No exército de terra as circunstâncias apresentam um caracter análogo.

Cumpre determinar por meio de agentes as posições inimi-

gas e as baterias que se vão construindo, para o que basta reconhecer determinados pontos do terreno. As notícias necessárias podem-as proporcionar os próprios operários que se empregam nos trabalhos, e isso é tanto mais facil quanto é certo que em taís obras se empregam não só operários nacionais como estrangeiros. Assim, a França e a Alemanha, nas obras na sua fronteira, empregam muitas centenas de trabalhadores italianos, o qual constitue um grave inconveniente, mas o certo é que até agora não se tem podido evitar.

Além de estudar a situação das obras inimigas ha que estudar, durante a paz, o plano para as atacar com eficácia. Redigem-se, para esse fim, memórias especiais, que indicam a largos traços como se deve proceder ao sitio e ataque das mesmas. Para isso fazem falta dados que não se podem deduzir do primeiro estudo de um plano, e é preciso recorrer a reconhecimentos *in loco* por agentes civis em condições de apreciar bem o terreno para esse fim militar.

É impossivel fixar regras que indiquem a forma por que se ha de praticar esse serviço; mas a conduta dos officiais ingleses referidos põe em relevo o que se deve evitar, pois o facto de reünir notas e esboços numerosos e de os guardar em um quarto de hotel, deve classificar-se de falta de tino ou de uma grande leviandade. Isso prova também que seguros se consideravam os dois officiais ingleses e que não contavam com o fracasso da sua empresa. Compreende-se que a Inglaterra tinha enviado já anteriormente outras comissões que não experimentaram contratempo algum; assim é que os officiais julgaram poder prescindir das medidas de previsão mais elementares. E isso foi a sua perdição, pois ao serem detidos em Boikuns, quando reconheciam uma bateria, caíram todos esses dados em poder das autoridades alemãs, e com essa prova da sua culpabilidade foram condenados pelo tribunal de Leipzig.

Durante a guerra tampouco se poderá prescindir dos espiões, embora se exagere muito a importância que oferecem nesse caso. Em tempos passados, quando ainda não havia telégrafos nem caminhos de ferro, nem tinham adquirido o desenvolvimento que hoje tem as comunicações e a imprensa, desempenharam por vezes um papel preponderante.

Na guerra moderna, as notícias dos espiões chegarão de ordinário com atraso, e só em ocasiões em que a guerra tome

um character estacionário como nos sitios das praças, ou quando se deem as circunstâncias especiais da guerra russo-japonesa na Mandchuria, elas voltarão a ter importância.

Nos seus *Princípios gerais da guerra*, Frederico o Grande, estudou detidamente o serviço de espionagem e termina com estas palavras: «Na retribuição dos espões tem que se ser generoso. O homem que pelos seus serviços se expõe a que o fusilem, merece já por isso que se lhe pague bem».

Napoleão era um mestre na arte de empregar agentes e espões, e levava sempre junto de si uma pessoa encarregada dêsse serviço. Berthier, seu chefe do Estado Maior, dispunha para as informações reservadas de uma *repartição especial* dotada de amplos recursos, e aos chefes do estado maior dos corpos de exército facilitavam-se-lhes também quantias consideráveis para tal serviço.

Alguns dêsses espões tornaram-se celebres. Entre eles salienta-se Schulmeister, cujas cartas se conservam, que revelam os grandes serviços que prestou. Mas na generalidade essas pessoas são espões duplos; como os franceses porém lhe pagavam melhor, a eles era a quem especialmente serviam. Contribuiu muito para a operação de Ulm, pela qual começou por informar Napoleão da inacção de Mack, e a êste denunciou que a marcha dos franceses se efectuava pela Floresta Negra.

Mas desde que Napoleão executou o movimento projectado e passou o Danubio, por surpresa, Schulmeister comunicou ao general Mack que o Imperador queria cortar-lhe as suas comunicações com o Tirol e encerra-lo em Ulm. Enquanto o espião por uma parte, revelava desse modo o verdadeiro plano de Napoleão, fez com que vários dos seus agentes, pon-do-se de acôrdo, comunicassem ao general Mack a falsa notícia de que em Paris havia rebentado uma revolução, que havia desembarcado um exército inglês em Boulogne e que Napoleão tinha empreendido já a sua retirada para França. Mack foi iludido: quando lhe anunciaram que de Augsburgo para Menmingen desfilava uma grande coluna inimiga, julgou que se tratava de movimentos de retirada e conservou-se inactivo. A coluna em questão era realmente o corpo de exército de Soult que fechava o cêrco de Ulm.

Conseqüência disso foi ser completamente sitiado o exército austríaco e a sua capitulação.

O serviço de espionagem japonês também esteve organizado com precisão e sagacidade admiráveis.

A população chinesa das últimas camadas sociais é fácil de subornar e foi muito utilizada para o caso.

Teve que se recorrer, em grande escala, a esse serviço porque a cavalaria de ambos os exércitos fracassou por completo no serviço de exploração. A posição fortificada de Hinstchan, na qual os russos esperavam conter o avanço inimigo sôbre Porto Artur, estava tão denunciada pelos espiões que, antes do assalto, conseguiram os japoneses inutilizar as minas.

O grave prejuízo que podem causar os espiões justifica as penas severísimas com que são castigados e que em campanha, geralmente, são passados pelas armas.

(Traduzido este extrato do livro *Das deutsche Heer* do major von Schreiberhofen, do *Boletim del Ministerio de guerra y marina*, de janeiro de 1917, por R.).



A GUERRA EUROPEIA

OS EXERCITOS BELIGERANTES

AS FORÇAS FRANCESAS

Chegámos finalmente à França; e se temos adiado até agora este estudo, é porque assim nos será mais facil mostrar a parte que lhe pertence na obra comum e a natureza do curso que lhe prestam os seus aliados.

1—A importância do tempo

M. Lavisse demonstrou que a Alemanha não poderia obter resultados satisfatórios senão com a condição de operar rapidamente; a Quadrupla Entente tinha um interesse exactamente oposto.

A Inglaterra não possuia exercito continental, faltando-lhe o tempo para o organizar. A Russia tinha, é certo, um elevado numero de soldados instruidos, mas precisava de alguns meses para os mobilizar e concentrar. Depois do desastre que sofreu no verão passado, precisava chamar novos contingentes e organizá-los. A propria França, tendo á sua disposição um magnifico exercito, bem depressa se apercebeu que lhe faltavam muitas coisas.

Por outro lado, para assegurar a unidade da sua acção militar, diplomatica e económica, precisavam as potências aliadas uma organização apropriada e complexa, que, deixando a cada uma a sua autonomia, coordenasse os seus esforços. Esta organização não podia improvisar-se, mas não há dúvida que se iniciou há algum tempo e que todos nós a temos visto desenvolver-se sucessivamente.

A' Quadrupla Entente convinha, pois, que a guerra se pro-

longasse, porque não podia vencer senão dispondo de tempo; precisava possuir esta faculdade, que conquistou na batalha do Marne. Até aí tudo fazia receiar que o plano do estado maior alemão se realizasse: a guerra precipitava-se para a sua solução, o tempo escapava-nos. . . . Subitamente, porém, o violento impulso do inimigo foi detido.

A batalha do Yser constituiu um novo esforço para precipitar os acontecimentos, mas esse esforço também se malogrou, servindo-nos este revez do inimigo, para consolidarmos os êxitos obtidos no Marne, deixando, desde então, o comando alemão, de ser o árbitro do tempo.

Quinze meses se passaram depois destes acontecimentos, sem que se fizesse qualquer tentativa de uma certa amplitude, abstenção esta que se afigurava a uma renúncia. Mas eis que, depois de haver, em vão, procurado obter uma solução decisiva na Rússia primeiro, e depois nos Balkans, o estado maior alemão voltou ao seu primitivo plano: como em 1914, é a nossa frente, que diligencia romper. Um novo e impetuoso ataque, cuja violência explica bem a pressa que a Alemanha tem de acabar com a guerra, se produziu contra Verdun. Esta batalha prolongou-se por muito tempo, mas os resultados obtidos pelo inimigo foram verdadeiramente exíguos, em proporção com a enormidade das suas perdas e com a potência excepcional dos meios de acção de toda a espécie, concentrados contra nós, provando-se bem nitidamente quanto as nossas forças defensivas têm aumentado, o que torna justa a homenagem que todo o mundo tem prestado à tenacidade da nossa resistência.

II—Os progressos do nosso poder ofensivo

Simultaneamente ao aumento das nossas forças defensivas, tem ido crescendo também o nosso poder ofensivo. É certo que ainda não conseguimos romper a frente do inimigo, mas comparando entre si as nossas ofensivas sucessivas, constata-se, de uma para a outra, um progresso perfeitamente acentuado.

Desde o começo desta campanha de sítio, tem sido tentadas três ofensivas de uma certa importância.

Em 16 de fevereiro de 1915, enquanto os alemães desen-

volviam um esforço consideravel na Prussia oriental, nós atacávamos ao norte de Beauséjour e a éste de Perthes; algumas fracções da linha principal alemã caíram nas nossas mãos, numa frente de três quilometros; em três dias os alemães fizeram vinte e cinco contra-ataques, mas todos se malograram, tendo nós aprisionado uns 2:000 homens.

No mês de maio os alemães concentravam as suas tropas contra a Russia. O comando francês decidiu se realizasse uma operação de grande importância, que começou no dia 9.

Logo desde o começo, as nossas tropas apoderaram-se das defesas alemãs numa frente de 7 quilometros, sobre uma profundidade de 3 ou 4; em 12 de maio ocupávamos Carency, fazendo 7:450 prisioneiros e tomando 24 canhões e 134 metralhadoras. Depois de Carency, Ablain e o planalto de Notre Dame de Lorette foram conquistadas de assalto. Até 16 de junho alargámos sem interrupção os nossos ganhos, sendo as perdas feitas pelo inimigo de 80:000 homens.

Finalmente, temos a ofensiva de 25 de setembro último. Novamente a situação dos exercitos russos nos impunha uma enérgica intervenção, produzindo-se o ataque ao mesmo tempo na Champagne e em Artois e, sendo o exercito alemão obrigado a abandonar uma zona, sólidamente fortificada, numa frente de 25 quilometros, por 3 a 4 de profundidade. Os trofeos da vitória foram constituídos por 25:000 prisioneiros (não contando os feitos pelo exercito inglês), 350 oficiais, 150 canhões e uma grande quantidade de material. Além disso, 150:000 homens foram postos fóra de combate, sendo o próprio inimigo obrigado a reconhecer a violência do golpe que lhe havia sido vibrado.

Vê-se, pois, que a progressão é constante.

Entre as diversas causas determinantes das vantagens obtidas, a mais importante é o aperfeiçoamento do nosso armamento.

III— Os progressos do armamento

A experiencia da guerra tem demonstrado que a vitória depende primeiro que tudo, do número de canhões, de metralhadoras, espingardas, etc. e da quantidade de munições tornando-se por isso, necessária uma produção excepcionalmente intensiva, que foi organizada em todos os seus detalhes.

Os quadros que abaixo apresentamos dão uma idea dos resultados obtidos. Representando pelo número 100 a produção no princípio da guerra, os outros números indicam como ela se transformou nos períodos seguintes:

| Produção quotidiana de | Em agosto de 1914 | Em 15 de maio de 1915 | Princípio de fev. de 1916 | Fim de março de 1916 |
|------------------------------------|-------------------|-----------------------|---------------------------|----------------------|
| Metralhadoras | 100 | 2.300 | 8.800 | 9.850 |
| Espingardas | 100 | 3.100 | 21.600 | 23.700 |
| Canhões de 75 | 100 | 1.100 | 2.310 | 2.530 |
| Pólvoras | 100 | 180 | 280 | 445 |
| Explosivos | 100 | 700 | 2.230 | 2.560 |
| Granadas yasias de 75 | 100 | 1.400 | 3.040 | 3.570 |
| Granadas de calibre superior | 100 | 850 | 4.410 | 5.460 |

Número de peças e istentes nos exércitos

| | | | | |
|-----------------------------|-----|-------|-------|-------|
| Canhões pesados | 100 | 2.000 | 2.300 | 2.370 |
| Canhões de trincheira | 100 | 100 | 170 | 196 |

Assim, onde a produção era mais fraca no principio, tornou-se 25, 35, 98, 237 vezes mais intensa. E' certo que ela afrouxou durante muito tempo, em conseqüência de graves dificuldades que se levantaram, tais como: falta de pessoal, falta ou insuficiência de materias primas e do carvão, oficinas a crear, ou a organizar, etc. Actualmente este organismo acha-se em plena actividade, a qual vai gradualmente crescendo, sendo de esperar que em breve atinja o limite máximo.

IV—A situação financeira da França comparada com a da Alemanha

Para sustentar uma guerra tão longa e tão dispendiosa como a actual é necessário dinheiro, pois que é principio asente que resistirá mais tempo aquêle cuja capacidade financeira comporte maior e mais duradoiro esforço.

Há apenas dois meios empregados pelos Estados para obterem os recursos necessários para fazerem a guerra: ou a emissão do papel-moeda com curso forçado, ou os empréstimos.

Emissão do papel-moeda.—Para que o papel-moeda não entre na categoria das coisas sem valor, é preciso que seja garantido por uma reserva de ouro suficiente.

Sobre este ponto de vista, a situação da Alemanha era muito favorável no começo da guerra; por um lado a confiança que inspiraram as suas vitórias de 1914, permitindo-lhe recorrer imediatamente ao empréstimo, dispensou-a de emitir uma grande quantidade de papel-moeda. Além disso neste país combateu-se, logo desde o principio, a chamada do ouro detido pelos particulares, o que deu mais valor às suas notas. E' por isso que em 30 de abril de 1915, a totalidade do papel-moeda de todas as espécies emitido não passava além de 7 bilhões de marcos; ora como as reservas em ouro eram de 2 bilhões e 369 milhões, segue-se que o referido papel representava apenas 34 % do seu valor real. Nessa ocasião o Banco de França não tinha cotação superior a 35 %.

Mas, como a guerra continua, a Alemanha deverá emitir mais papel-moeda; a partir de maio a chamada do ouro não trará senão somas insignificantes (57 milhões de marcos em sete meses); em 7 de dezembro o papel-moeda não representava mais do que 31 % do seu valor real.

Em França a evolução fez-se em sentido inverso; a chamada do ouro só começou em junho e foi muito eficaz: em 23 de dezembro, a reserva de ouro do Banco era de mais de 5 bilhões. Ao mesmo tempo o produto crescente dos empréstimos permite manter, em circulação, notas no valor de 13 bilhões e 200 milhões. Também a proporção é actualmente de 38 ou 39 %, se atendermos às reservas em prata, que são praticamente nulas na Alemanha. A superioridade da França que era mínima a principio, tem ido sempre sucessivamente aumentando ¹.

E esta diferença entre os dois países continuará sempre crescendo. As despesas da Alemanha aumentam mais do que as nossas, porque ella é obrigada a sustentar pecuniariamente os seus aliados: Austria, Turquia e Bulgaria, tendo, por isso necessidade de emitir sempre mais papel-moeda; mas ao mes-

¹ Nós teríamos muito menos necessidade de papel-moeda, se conseguissemos fazer entrar nos nossos costumes o hábito dos pagamentos por meio de cheques.

mo tempo é obrigada a exportar o ouro para pagar as suas compras no estrangeiro.

E entretanto as reservas deste metal que poderão existir em cofres particulares na Alemanha, não irão, actualmente, além de 1 bilião ou bilião e meio, crescendo a circumstancia de não poderem facilmente ser tiradas dos seus esconderijos.

Entre nós, pelo contrário, são essas reservas, pelo menos, do dobro. Os pagamentos no Banco de França podem, pois, fazer aumentar, em proporções notaveis, a nossa capacidade financeira, o que é o mesmo que dizer, que esses pagamentos se tornam indispensaveis. Parece-nos, porém, poder afirmar que, se for dirigido um novo apelo aos que guardam obstinadamente o seu dinheiro, eles saberão cumprir com o seu dever.

Os empréstimos.— Neste ponto tambem a França apresenta vantagens:

1.º A Alemanha já por quatro vezes recorreu ao empréstimo, tendo a dívida perpétua do empréstimo aumentado de 60 biliões. A França tem sido mais prudente. Os *bons* da defesa nacional não devem verdadeiramente ser considerados como empréstimos, pois que são reembolsaveis todos os três, seis ou doze meses, não sendo destinados à economia propriamente dita, isto é, às economias acumuladas para serem definitivamente capitalizadas, mas aos fundos de reserva, para as necessidades occorrentes, dos particulares. A verdadeira economia não tem sido posta à prova senão para uma duzia de biliões: 6 biliões produzidos pelo ultimo empréstimo, 2 de *bons*, a prazos curtos, transformados em rendas perpetuas e 4 de obrigações da defesa nacional. Somos, pois, levados a acreditar que, graças a estes cuidados, a economia francesa conserva reservas importantes, prontas a apresentarem-se à primeira chamada. A Alemanha, pelo contrário, tem logo absorvido as suas, à medida que elas se formam.

2.º Um outro manancial, onde poderão ir procurar-se empréstimos futuros, são os valores mobiliarios estrangeiros que, actualmente, podem ser realizados em condições vantajosas. Ora nós temos um *stock* certamente mais elevado e muito menos gasto do que a Alemanha, que, desde ha bastante tempo começou a vender os seus. Poderão talvez avaliar-se em 15 ou 20 biliões as reservas desta natureza que possuímos.

3.º A experiencia demonstrou que o grande mercado dos empréstimos externos, New-York, estava aberto para nós.

4.º Finalmente, como já dissemos, é poderoso o apoio financeiro que a França poderá encontrar na Inglaterra, ao passo que a Alemanha não poderá contar, neste particular, nem com a Turquia nem com a Bulgaria, nem com a Austria.

V—Conclusão

Em resumo chegamos a concluir que a nossa força ofensiva, a nossa força defensiva e a nossa industria de guerra se acham em pleno progresso, o qual continuará a manifestar-se e até a acelerar-se no futuro, visto que possuímos os recursos financeiros necessarios para isso.

O caminho a seguir acha-se, pois, traçado, restando sómente proseguir sem desfalecimentos com o nosso esforço, até que tenhamos conseguido pôr em acção todas as forças disponiveis, que nós possuímos ainda em estado latente.

É certo que, como a totalidade das nossas perdas não é conhecida, não podemos compará-las com as alemãs; admitamos, porém, que as nossas sejam maiores. Nós temos visto que os exercitos novos organizados pelos ingleses são suficientes para preencherem as nossas baixas e até excedem essas necessidades; por outro lado sabemos que a Russia tem, no seu enorme reservatorio de homens, com que renovar quasi indefinidamente as suas forças; que a própria Itália dispõe de reservas consideraveis. Por tudo isto, não há duvida que a Quadrupla Entente tem a certesa de poder manter-se por muito tempo ainda no seu estado actual, enquanto que a Alemanha se aproxima cada vez mais dum limite, a partir do qual sómente lhe será permitido o recurso de recuar.

Isto não quer dizer, certamente, que tudo está feito e que devemos esperar que os resultados obtidos se desenvolvam por si proprios. Temos de nos defrontar com um inimigo poderosamente organizado, tenaz e cujo incomensuravel orgulho reforça ainda a sua tenacidade natural, tornando-se necessário um grande e incessante esforço. Mas a importancia dos meios de acção de que os aliados dispõem, comparada com a extinção progressiva e sem reparação possivel dos recursos que

restam ao inimigo, justifica as melhores esperanças, se soubermos ser perseverantes.

Além destes motivos de confiança que temos apresentado e que são, na verdade, decisivos, outros existem que são também dignos de ponderação. Se é certo que das forças militares e financeiras depende sobretudo a sorte das batalhas, diversas influências se exercem também, de ordem moral, que não devem, de modo algum, desprezar-se: a opinião do mundo constitue uma dessas influências e os alemães que muito bem conheciam a sua grande importância, desde o principio das hostilidades que se esforçaram por conseguila a seu favor. Servindo-se dum vasto e engenhoso sistema de informações, procuraram obter a simpatia dos neutros e houve, com efeito, um momento em que estes, intimidados pelo tom categórico das afirmações alemãs e perturbados pela rapidez tumultuosa dos acontecimentos, pareceram hesitantes e indecisos, explicando-se assim que o crime histórico, de que a Bélgica foi a vítima, pudesse consumir-se no meio do silencio dos povos civilizados.

Mas, com a prolongação da guerra, começou a acentuar-se uma compreensão mais nitida do sentido e do alcance deste acontecimento, vendo-se então que ele punha em grande perigo a segurança das relações internacionais e o direito que os povos têm de dispor do seu destino. Pouco a pouco a indignação, contida durante algum tempo, se foi manifestando, crescendo e generalizando-se. Hoje os proprios alemães são obrigados a confessar que se tornaram objecto duma aversão quasi universal e para dissimular entre eles a gravidade da situação, procuram vangloriar-se dos sentimentos que inspiram.

Esta indignação crescente não tem ficado num campo puramente platónico, pois foi ela que, na ocasião em que a guerra submarina se tornou mais intensa, impeliu a América contra a Alemanha. O povo americano não tinha interesses materiais em jogo, sendo sempre partidario acerrimo da paz; no entanto não receiou afrontar o risco da guerra, quando julgou que a isso era obrigado para defesa da sua dignidade e dos direitos da humanidade. A orgulhosa Alemanha reconheceu bem que, mostrando-se intratavel, iria levantar contra si a consciencia universal, nada podendo justificar o seu procedi-

mento. Hoje vê-se obrigada a inclinar-se, devorando a sua afronta.

De tudo isto resalta um facto incontestavel: a consciência humana que parecia achar-se entorpecida, retomou o seu imperio natural e agora não será facil adormece-la de novo. Não há duvida que ela constitue uma força, que, sendo um obstáculo para os nossos inimigos, torna-se para nós um sustentáculo, pois que é por ela que nós combatemos e já uma vez nos serviu para interceptar a passagem à Alemanha. Tenhamos, pois, confiança nela para o futuro.

EMILE DURKHEIM.

Extraído da publicação «Lectures pour tous-Lettres à tous les français» por F. de Magalhães.



O Desgaste alemão¹

O exercito alemão deve contar no momento presente, segundo os mais recentes calculos, umas 234 divisões.

Este numero parece enorme, quando comparado com as 50 divisões do tempo de paz. Mas já surpreende menos, quando aproximado do numero de regimentos, que foram constituídos por ocasião da mobilização.

O efectivo de pé de paz era constituído por 217 regimentos de infantaria a 3 batalhões e mais 18 batalhões de caçadores, repartidos por 50 divisões. Dentre estas, 6 eram formadas por 3 brigadas; 5 brigadas compunham-se de 3 regimentos. O conjuncto formava 25 corpos de exercito: guarda, 21 corpos alemães e 3 bavaros.

Pela mobilização foi duplicado com um corpo de exercito de reserva cada corpo de exercito activo e organizaram-se os regimentos da landwehr. O numero de divisões de reserva, assim formado, póde ser calculado em 50. Quanto aos regimentos da landwehr, embora nem todos houvessem sido endivisionados, póde considerar-se como tendo constituído equivalente numero de divisões. Obtiveram-se assim *grosso modo*: 50 divisões activas, 50 divisões de reserva, e umas 50 divisões da landwehr. Na totalidade, 150 divisões, quasi todas constituídas por 4 regimentos de infantaria, ou sejam, no conjuncto, uns 600 regimentos.

Durante os primeiros meses de guerra, as divisões mantiveram-se a 4 regimentos, mas, a partir da primavera de 1915²,

¹ Reproduzido do jornal *La France Militaire* n.º 10.134 de 21 e 22 de agosto de 1917, com excepção das notas que são do tradutor M. S.

² Foi a começar de março de 1915 que os alemães adoptaram a ordem ternaria nas divisões, com o fim de aumentar o numero destas. Parece que determinados corpos de exercito, que eram constituídos por duas divisões, tambem mais tarde passaram a sê-lo por tres. Mas a applicação da ordem ter-

transformaram-se progressivamente em divisões a 3 regimentos, sem por isso se desfazerem de uma só das batarias, o que equivaleu a aumentar consideravelmente a proporção da artilharia em relação á infantaria. Portanto, bastou o reagrupamento por 3 dos 150 regimentos, assim retirados ás divisões existentes, para formar mais 50 divisões, sem sequer necessitar para isso de um batalhão mais.

Por este processo, em 1916, foi atingido o numero de 205 divisões.

De quanto fica exposto se conclue que o esforço para conseguir este resultado foi quasi nulo na infantaria.

Sucedeu exactamente o contrario na artilharia. Quanto a esta, foi necessario fabrica-la e organiza-la na totalidade, isto é, fazer brotar das oficinas de Krupp uma centena de regimentos. Para conseguir esta maravilha bastou um ano.

Mas, quando o esforço produzido chegou a atingir o limite do possivel, foi quando se tratou de crear mais uma trintena de divisões suplementares. Para estas havia tudô a criar: pessoal e material. A tal fim foi dedicado o inverno de 1916. Um estudo muito substancial e muito documentado, publicado no numero de 15 de agosto da *Revue des Deux Mondes*, refere os meios de compressão nas repartições, oficinas e fabricas, os de recuperação nos hospitais e depositos e os da exploração da mobilização civil, que se empregaram para o conseguir. A' força de aproveitar por toda a parte individuos isentos por varios motivos legais, e de arremeçar rapazes para as fileiras¹, obtinha-se o que se pretendia no começo da prima-

naria não se tornou extensiva ao batalhão, que continuou formado por quatro companhias, salvo algumas excepções devidas a causas momentaneas.

O sistema ternario havia sido, antes da guerra, assunto de varias experiencias, sendo-lhe reconhecidas importantes vantagens, designadamente sob os pontos de vista da organização do comando, da utilização das unidades inferiores (regimentos e batalhões), e do rendimento da grande unidade tactica, que é a divisão.

Por este processo conseguiu a Alemanha, sem comprometer seriamente a solidez das frentes, reconstituir na rectaguarda das mesmas importantes unidades disponiveis.

¹Desde o começo da guerra foi organizada a preparação militar da mocidade alemã, embora sem o caracter obrigatorio. Diversos diplomas publicados pelos ministros da guerra, do interior e da instrução publica de to-

vera de 1917, quando se efectuou a ofensiva franco-inglesa de abril.

Desta ofensiva julgou-se muito mal, mas, é preciso reconhecê-lo agora, muito inconsideradamente. Não sómente ela conseguiu vantagens materiais importantes, e nos conservou a iniciativa das operações na nossa frente, mas vibrou ao exercito de Hindenburgo um durissimo golpe, cujo valor foi insufficientemente apreciado em França.

O autor do referido artigo deu a tal respeito informações precisas muito instructivas. O inimigo tinha na nossa frente 156 das 234 divisões com que contava¹, isto é, dois terços das suas forças. No primeiro mês da batalha, viu-se obrigado a

dos os Estados confederados lançaram as bases dessa instrução e lhe deram a directiva.

A ideia de impulsionar os mancebos, ainda fóra da idade militar, a inscreverem-se nas sociedades de instrução militar não deu, porém, os resultados que se esperavam, devido não só á intensa parte que eles tomaram nos trabalhos da agricultura e da industria, por motivo das faltas do correspondente pessoal, ocasionadas pela mobilização, mas ainda pela carencia de instrutores, causada pelo mesmo motivo. Assim, por exemplo, a *Webrkraftverein* de Munich, que contava 2.000 aderentes em 1914, em julho de 1915 apenas mantinha uns 800.

O facto parece ter produzido a convicção de que sómente da obrigação da inscrição nas sociedades de instrução preparatoria poderia redundar o resultado apetecido. Nesse sentido foi publicada, em 12 de agosto de 1915, uma circular ministerial, que declarou obrigatoria para todos os mancebos, que houvessem completado 16 anos, a preparação militar permanente, a qual é ministrada em unidades especiais, denominadas «Companhias de preparação militar». O fim destas é preparar em breves meses os inscritos, de 16 a 18 anos, na instrução militar, creando-lhes o espirito marcial e exaltando-lhes o entusiasmo belico, de modo a obter por tal modo uma fonte abundante de voluntarios para provêr devidamente as baixas produzidas nas tropas, que formam na primeira linha dos varios teatros da guerra. E' certamente a este facto que o autor alude na frase que deixamos anotada.

¹O articulista da *Revue des Deux Mondes*, aludido pelo autor, escreve que o aumento sucessivo das divisões alemãs se explica pela simples citação das datas em que foram organizadas. Cada uma delas corresponde a um dos planos elaborados, nos quais o Imperio baseou successivamente a esperança da victoria. A historia estrategica da presente guerra poder-se-ia fazer, portanto, pelo estudo tecnico das transformações do exercito.

Cada uma das diferentes «epocas» corresponde ao designio de determinada manobra: campanha do Iser, campanha contra a Russia ou contra a Romania, etc.

empregar umas 87 e no segundo 25. O que importa, no conjunto, umas 112, das quais 23 apareceram duas vezes, o que equivale a dizer, que 134 foram sujeitas ao fogo. Um ano de Verdun havia custado 56 divisões; seis meses do Somme importaram em 96. O desgasto resultante da ultima batalha foi, portanto, o duplo do que havia sido nas batalhas anteriores.

Das 156 divisões, 50 eram da reserva. Desde o fim de abril toda esta havia sido absorvida. Foi aos sectores tranquilos, que se tornou indispensavel ir buscar as unidades para constituir a nova reserva, e as que abandonaram o combate foram imediatamente substituidas por aquela, sem um dia de repouso na retaguarda.

Essa excessiva faina difficilmente obtemperou ás exigencias occorrentes. A' medida que a batalha se prolongava, o desgasto precipitava-se. As divisões que receberam o ataque inglês, de 9 de abril, só foram retiradas da frente no fim de seis dias; mas que nos fizeram face no dia 16 desapareceram em quatro; as de Messines, no dia 7 de junho, na frente dos ingleses, em 48 horas. Tres divisões, uma das quais era a 3.^a bavara, foram afastadas do fogo na noite daquele mesmo dia. Quanto ao gráo do desgasto avalia-se pelo numero de prisioneiros, que caíram nas nossas mãos: 1800 a 2000 por divisão, o que, segundo a regra empirica admitida, corresponde ao terço ou quarto das perdas totais sofridas¹.

A estas formidaveis sangrias, exclusivamente redundantes da nossa offensiva, devem ajuntar-se as dos contra-ataques, e Deus sabe se o Kronprinz da Prussia as procurou evitar. Um calculo reflectido permite estabelecer que a perda real dos alemães, na data de 27 de maio, houvesse sido de 350.000 homens, e que se não deva considerar exagerado avaliar de 400.000 a 500.000 as dos tres primeiros meses da campanha².

¹ O articulista da *Revue des Deux Mondes* considera aniquiladas algumas das divisões, que tomaram parte no ataque francês de 16 de abril. A 45.^a divisão de reserva bavara, por exemplo, chegou a Woëvre no estado de esqueleto, com efectivos de 20 homens por companhia. Houve regimento de que só resta a memoria, como sucedeu ao 476.^o

² O articulista citado escreve: «Aceitando o principio de 4 ou 5 feridos ou mortos por cada prisioneiro, os 63.000 prisioneiros, que fizemos até ao 1.^o de julho, correspondem nesta data a uma perda total de 250.000 a 500.000 homens. Ora nós temos informações fidedignas de que a perda real era, em

A consequencia immediata desta hemorragia sanguinea foi a de suspender na rectaguarda, a preparação de novas divisões. Os regimentos, destinados a este fim e numerados além de 600, foram deslocados e lançados como reforço nas divisões demolidas. Toda a classe de 1917 está no fogo, desde o mês de março; a classe de 1918 começa a aparecer nele, e a de 1919 está sendo incorporada ¹.

27 de maio, de 350.000 homens, excetuadas as 30.000 baixas da acção de Mesines e dos varios contra-ataques sucedaneos».

Para se poder avaliar bem as enormes perdas sofridas pelo exercito alemão, basta dizer que, segundo as listas officiais publicadas, até ao 1.º de março de 1916, elas se elevavam aos numeros seguintes :

| | | |
|--------------------|-----------|-------------|
| Mortos..... | 688.500 | } 2.752.500 |
| Feridos..... | 1.702.000 | |
| Desaparecidos..... | 362.000 | |

Calculando que, para suavizar o efeito moral causado, o governo alemão haja reduzido, só de um terço que fosse, os numeros reais, estes deverão ser os seguintes :

| | | |
|--------------------|-----------|-------------|
| Mortos..... | 900.000 | } 3.540.000 |
| Feridos..... | 440.000 | |
| Desaparecidos..... | 2.200.000 | |

E' para atender, que nos numeros referidos se não comprehendem os refferentes ás numerosas batalhas e acções ocorridas depois da data citada.

Ainda outra informação, colhida em fonte diferente, confirma a importancia assumida pelo desgasto alemão. Tinha-se dito que os homens do *landsturm* com idade superior aos 45 anos iam ser licenciados. Não é verdade. Nas revistas passadas ao *landsturm* do 2.º bando, viu-se que a parte instruida dele comprehendia os homens nascidos em 1875, até aos nascidos depois de 5 de dezembro de 1869 (de 41 a 47 anos). E a parte que não tinha recebido instrução abrangia todos os nascidos depois desta ultima data.

A propria imprensa germanica tratou de desfazer aquele boato. Não se tratava de licenciar os landsturnianos das quatro classes mais antigas, e apenas de os substituir nas frentes ou nos serviços de rectaguarda por outros mais novos. Quanto aos landsturnianos, que já haviam excedido 45 anos (classes de 1869, 1870 e 1871) e que ainda não haviam sido encorporados, a sua convocação era legal e não podia dar occasião a reclamação alguma. Apenas os comandantes das regiões podiam adoptar certas medidas individuais e excepcionais para com os individuos improprios para o serviço armado e não utilizaveis em serviço de ordem militar.

¹ O articulista da *Revue des Deux Mondes*, para demonstrar as verdadeiras amarguras com que luta a Alemanha afim de fazer face ao consideravel des-

Unidades novas? A Alemanha está incapaz de as organizar no presente momento, tanto mais que vai entrando no caminho de desmembrar algumas das existentes para alimentar outras². Assim se explica a paragem da ofensiva alemã na Russia meridional. Pelo mesmo motivo se compreende porque a campanha romanica não continua este ano com recursos analogos aos do ano findo. E manifesta-se, tambem, o motivo do pavôr, que o Kaiser teve em Tarnopol, no meio dos seus estandartes e das suas fanfarras, ao ver reabrir na Flandes uma nova batalha: goela insaciavel do sangue alemão.

Ela aí está reaberta contra todos. Que ela produza, e produzi-lo-ha — os resultados que redundou da de Sosonnais — Champagne, e tudo caminhará bem.

GÈNÈRAL FOUVILLE.

gasto, que tem ocorrido nas diferentes unidades, cita determinado documento, expedido em 15 de novembro de 1916 pelo comando do VII.º exercito, que contém um questionario tendente a esclarecer o estado de solidez das diferentes unidades, no qual figuram as seguintes perguntas :

O que valem ainda as vossas tropas? *Criterium* unico : Estão ainda no estado de ser utilizadas na frente do Somme ?

E, como todas as que compõem o exercito já por ali passaram, qual a medida em que estão dominadas as impressões dos combates ali travados ?

Porque modo foram preenchidas as baixas ocorridas ? (Recomenda-se que se evite a resposta : *Divisão esgotada*).

Qual é o grão de instrução dos vossos recrutas ? Não exigir a perfeição, nem o impossivel, porque em circunstancias urgentes não se conseguem.

Um outro indice manifesto de desgasto das unidades alemãs é o emprego, cada vez mais intensivo, e mais aproximido da primeira linha das varias frentes, das formações do *laudsturm*.

Corpo de exercito expedicionario portugûês

ROL DE HONRA

Baixas em França

Falecimentos por ferimentos recebidos em combate até 30 de Junho de 1917:

Soldado n.º 417 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 7, Francisco Carreira;

Soldado n.º 239 da 4.ª companhia do regimento de infantaria n.º 7, José Luiz;

2.º cabo n.º 220 da 4.ª companhia do regimento de infantaria n.º 7, Estevam Jorge;

Soldado n.º 67 da 2.ª companhia do regimento de infantaria n.º 9, Joaquim Pinto;

Soldado n.º 296 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 9, Francisco Ribeiro;

Soldado n.º 234 da 11.ª companhia do regimento de infantaria n.º 12, António Martins;

Soldado n.º 347 da 11.ª companhia do regimento de infantaria n.º 12, José Joaquim de Matos;

1.º cabo n.º 636 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 21, José Jacinto Ferreira Calado;

Soldado n.º 628 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 21, Francisco dos Santos;

Soldado n.º 743 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, Manuel António Cardoso;

Soldado n.º 605 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, António Galiano Arez;

Soldado n.º 404 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, Francisco Gavanha;

Soldado n.º 886, da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, José Dias;

Soldado n.º 690, da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, António Carrilho;

1.º cabo n.º 575, da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, João Augusto Fernandes;

1.º cabo n.º 506 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, Severino Estrela;

1.º cabo n.º 558 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, António Carrilho Gonçalves;

Soldado n.º 480 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, João;

Soldado n.º 258 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, Gabriel Paulo;

Soldado n.º 116 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, Manuel Tomaz;

Soldado n.º 451 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, António Pires Barqueiro Junior;

1.º cabo n.º 126 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, João Vaz Sardinha;

1.º cabo n.º 250 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, Domingos António Penha;

Soldado n.º 440 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, José Faustino;

Soldado n.º 412 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, António Pratas,

Soldado n.º 117 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, João Soeirinho;

1.º cabo n.º 84 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 34, Augusto Gouveia;

Soldado n.º 171 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 34, José Madeira;

Soldado n.º 87 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 34, António dos Santos Loureiro;

Soldado n.º 265 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 34, Joaquim d'Almeida.

Falecimentos em combate de 1 a 8 de Agosto de 1917:

Alferes do regimento de infantaria n.º 21, António João Pereira;

Soldado n.º 233 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7. Fernando Mendes;

Soldado n.º 159 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, José dos Santos;

Soldado n.º 176 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, José Pereira Novo;

Soldado n.º 341 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, José da Silva;

Soldado n.º 391 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, António Gomes;

Soldado n.º 397 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, Manuel Custódio;

Soldado n.º 480 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, Manuel Pinto;

Soldado n.º 571 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, Manuel Mateus;

Soldado n.º 176 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, António Ortegoso;

Soldado n.º 465 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, Miguel Malho;

Soldado n.º 287 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 9, António de Figueiredo;

Soldado n.º 376 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 9, José Correia Sebastião;

Soldado n.º 385 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 9, Jeremias Alves;

Soldado n.º 364 da 12.^a companhia do regimento de infantaria n.º 12, António Seixas;

Soldado n.º 481 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 15, Albino Inácio;

Soldado n.º 532 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 15, José Luiz;

Soldado n.º 374 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 21, António Nunes;

Soldado n.º 470 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, António Ribeiro Fernandes;

Soldado n.º 683 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, José Estoel Ferro;

Soldado n.º 749 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22. Ramiro Dias;

Soldado n.º 280 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, João Mendes;

Soldado n.º 309 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, Manuel Adelino;

Soldado n.º 391 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, João Gonçalves;

Soldado n.º 554 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 22, Luiz Gonçalves;

2.º cabo n.º 244 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 23, José dos Santos Barbeiro;

Soldado n.º 261 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 23, Manuel Rodrigues Bento;

Soldado n.º 442 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 23, António Ferreira dos Santos;

1.º cabo n.º 107 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 34, Manuel da Silva;

Soldado n.º 493 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 24, João Nunes Pelicano;

Soldado n.º 605 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 24, Serafim d'Oliveira;

Soldado n.º 514 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 34, José Colaço Beirante;

Soldado n.º 442 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 35, Manuel Miguel;

2.º sargento n.º 269 da 4.ª companhia do regimento de infantaria n.º 35, Eduardo Pereira Vizeu.

Mortos, desde 12 a 18 de agosto:

Por ferimentos em combate:

Soldado n.º 282 da 1.ª companhia do regimento de infantaria n.º 6, Bernardino Marques de Oliveira,

Soldado n.º 134 da 2.ª companhia do regimento de infantaria n.º 9, Germano da Silva Pereira;

Soldado n.º 80 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 9, Macario Rodrigues;

Soldado n.º 242 da 3.ª companhia do regimento de infantaria n.º 9, José Alves Pinto;

Soldado n.º 245 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 14, José Joaquim;

Soldado n.º 474 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 21, João Felix;

Soldado n.º 365 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, Francisco Carranca;

Soldado n.º 99 da 9.^a companhia do regimento de infantaria n.º 22, Luiz António Pedro.

Por desastre em serviço :

Soldado n.º 269 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, Manuel da Mota;

Soldado n.º 584 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 7, Manuel António.

Mortos, desde 19 a 25 de agosto :

Por ferimentos em combate :

Soldado n.º 500 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 6, Manuel Francisco Canha;

Soldado n.º 513 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 6, Adriano Pereira Gomes;

Soldado n.º 514 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 6, Joaquim José Baptista;

Soldado n.º 516 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 6, Henrique Soares de Almeida;

Soldado n.º 67 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 9, David Jerónimo;

Soldado n.º 293 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 9, António Augusto Pina;

Soldado n.º 412 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 12, Joaquim Lourenço;

2.º sargento n.º 566 da 5.^a companhia do regimento de infantaria n.º 21, Francisco Paulo;

Soldado n.º 394 da 1.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, António dos Santos Rato;

Soldado n.º 374 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, Artur Neves;

Soldado n.º 432 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, Daniel Alves;

Soldado n.º 440 da 2.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, David de Oliveira;

Soldado n.º 170 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, Adelino Figueiredo;

1.º cabo n.º 266 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, Joaquim Marques;

Soldado n.º 332 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, António da Costa;

Soldado n.º 352 da 3.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, Elio Monteiro de Lemos;

Soldado n.º 159 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 35, António Paes.

Por desastre em serviço :

Soldado condutor n.º 231 da 4.^a bateria do 1.º grupo de obuses, Emidio Ferreira;

Soldado n.º 440 da 4.^a companhia do regimento de infantaria n.º 14, Serafim da Costa Lourenço.

(Continua).



Obras oferecidas¹

- 1 **Notice sur les titres et travaux scientifiques**, de M. RODOLFO GUIMARÃES, lieutenant-colonel du genie.—1 broch. de 45 pag. (0^m,21×0^m,165). Coimbre, 1917.

Algunas consideraciones sobre tres problemas célebres de Geometria elemental, por RODOLFO GUIMARÃES. Separata da Revista de la Sociedad Matemática Española, de abril de 1917.

Quer nas paginas dos jornais scientificos e tecnicos, quer em publicações especiais, frequentemente se revela a actividade do espirito do nosso presado camarada e amigo sr. Rodolfo Guimarães, cuja vida tem decorrido numa faina constante de aquisição de conhecimentos e na divulgação de quanto de util tem laborado o seu proprio espirito ou encontrado em obras consultadas.

A primeira das brochuras citadas é a demonstração eloquente desta asserção. Desde 1883, quando cursava ainda apenas a Academia Politecnica do Porto, que os jornais tecnicos começaram a dar publicidade aos seus trabalhos, e nunca mais essa ardente faina se suspendeu.

A segunda brochura apontada é a revelação de um novo e curioso trabalho codificativo, de manifesto proveito para quantos se applicam aos estudos matematicos. O sr. dr. Gomes Teixeira, o sabio reitor da Universidade do Porto, terminou o VII volume das suas *Obras de matematica*, com um apendice, no qual recopila as soluções conhecidas, dadas pelas geometras de todos os tempos, a cada um dos três celebres problemas de Geometria Elemental, irresoluveis pela regua e compasso, quais os da duplicação do cubo ou problema de Delos, triseccão do angulo e quadratura do circulo ou rectificação da circumferencia (porquanto estes dois ultimos problemas são equivalentes).

A brochura do nosso presado amigo sr. R. Guimarães, constitue um precioso complemento daquele trabalho, pois representa a bibliografia, por ordem cronologica, da historia e escritos conhecidos ácerca de cada um dos mencionados problemas, mas acompanhada de considerações sempre oportunas e demonstrativas dos variados e solidos conhecimentos matematicos de que dispõe o distinto bibliografo.

Bastaria este trabalho para honrar o sr. R. Guimarães, se outros e numerosos lhes não houvessem aberto, de ha muito, as portas, não

¹ Por motivos de força maior tem sido demorada a publicação desta secção, do que pedimos desculpa aos oferentes.

sómente da nossa *Academia das Sciencias de Lisboa*, mas ainda de outras sociedades scientificas estrangeiras não menos notaveis.

Não ha país que se não honre em possuir filhos tão esclarecidos e tão fervorosos no trabalho.

- 2 Paul Giraud—**Devant l'Histoire. Causes connues et ignorées de la Guerre.** Honoré d'une souscription du Ministère des Affaires étrangères—1 vol. (0^m,185×0^m,12) de 263 pag. Paris. Berger-Levrault—1917.

Pour la Depense du Droit International—**Les Premières Violations du Droit des Gens par l'Allemagne. Luxembourg et Belgique,** par LOUIS RENAULT—1 broch. (0^m,22×0^m,14) de 81 pag. Paris, Librairie de la Société du Recueil Sirey.

A' extrema obsequiosidade do nosso particular e esclarecido amigo o sr. dr. João de Menezes, deve a *Revista Militar* a oferta destas duas interessantissimas publicações, em que se ventitam problemas de direito internacional surgidos da guerra actual.

Na primeira faz-se numa exposição fiel, serena e conceituosa de todos os acontecimentos diplomaticos ocorridos desde o crime de Serajevo, até ás diferentes declarações de guerra feitas pelas potencias, que entraram na beligerancia, até ao momento da intervenção da Italia. Quem quizer conhecer devidamente as causas da guerra, em poucos livros as encontrará mais cuidadosamente coligidas do-que no elaborado por M. Paul Giraud, que teve o especial cuidado de reunir nas respectivas paginas, não sómente as que eram do dominio publico, mas ainda as que conseguiu arrancar ao dominio das chancelarias, onde eram secretamente guardadas.

A brochura de M. Louis Renault representa a primeira de uma série consagrada a restabelecer a verdade juridica sobre um determinado numero de questões, que foram inteiramente falseadas pelos publicistas, que representam os interesses dos Imperios Centrais, embora movidos nessa propaganda por um motivo de ordem patriotica. O autor diz bem, quando afirma ser difficil exigir de um jurisconsulto que condene francamente o procedimento do governo do seu país, ainda quando ele o julgue o mais censuravel. Mas, embora assim seja, o que não deve admitir-se, é que eles vejam as suas erradas doutrinas proclamadas como inatacaveis, á falta de contraditores. A brochura, a que nos referimos, preenche esta necessidade, pela forma elevada e conceituosa como contesta as ousadas afirmativas da diplomacia e da jurisprudencia alemã.

No rapido esboço, que deixamos feito, encontram os nossos leitores a razão substancial das duas obras por tantos titulos interessantes, cuja são e agradável leitura devemos á amabilidade do seu oferente.

- 3 **Estatistica Geral do Serviço Veterinario do Exercito**—Ano de 1911—1 broch. (0^m,25×0^m,16) de 79 pag. Lisboa, 1917.

Com viva satisfação recebemos esta brochura, porque representa o desejo de realisção do voto que, por mais de uma vez, deixámos consi-

gnado nestas paginas, tendente a que por um esforço imperioso, seja posta em dia no mais breve praso a dita *Estatistica*, que em todos os exercitos é devidamente apreciada. Do merito do actual trabalho não temos senão que repetir o que, tambem, já por mais de uma vez nestas colunas temos deixado expresso. Quando a *Estatistica* estiver em dia, será então ocasião oportuna de fazer um exame retrospectivo, para dela deduzir varias lições altamente proveitosas para o progresso da sciencia Veterinaria no nosso exercito.

- 4 Antonio Fernandes Varão, capitão de infantaria. — **Manual do concurso para o posto de primeiro sargento de infantaria** — 1 vol. (0^m,16×0,12) de 412 pag.—Vila Real, 1917.

O autor, que já havia escrito um outro trabalho, justamente apreciado, intitulado *Manual do concurso para segundo sargento de infantaria*, no louvavel empenho de continuar a ser util aos seus subordinados e camaradas, deu agora á estampa o livro, que anunciamos, cujo não tem menor valor do que o anterior, e, que, sobretudo, tem o merito de sistematizar o ensino, evitando redundancias dispensaveis, e seguido um plano harmonico, sumamente apreciavel para quantos buscam alcançar os conhecimentos tecnicos, no mais breve praso e sem escusadas fadigas. Concorre para assegurar este resultado o modo claro e preciso como todos os assuntos são tratados.

- 5 Commandant WILLY BRETON, de l'armée belge. **Les Établissements d'artillerie belges pendant la guerre.** Avec 61 illustrations inédites hors texte. Prêface de Emile Vandervelde, ministre d'état. 1 vol. (0^m,25×0^m,16) de 198 pag. Paris, Berger-Levrault, editeurs. Prix : 6 fr.

No interessante prefácio desta obra, diz M. Vandervelde ser no Havre que reside, depois da invasão alemã, o principal centro da actividade industrial belga, porquanto na própria Bélgica a maior parte das fábricas ou estão inactivas ou reduziram a metade a sua actividade. Pelo contrário, nos estabelecimentos militares belgas, que foram montados no Havre, mais de 8.000 soldados-artífices trabalham dia e noite, durante a semana, e ainda uma parte do domingo, para fornecer ao exército belga os explosivos, as munições, o material de artilheria, e os meios de transporte, automoveis e hipomoveis, de que êle carece. Há apenas dois anos que nada existia da vasta cidade industrial em que agora se produz todo esse espantoso trabalho.

Após a queda de Anvers e da batalha do Iser, ficou o exército belga privado das suas bases de abastecimento, e só no concurso da Inglaterra e da França logrou conseguir a sua substituição. De comêço foram improvisadas oficinas de reparação em Calais, e no Havre foi reconstituída a antiga Escola de Pirotecnia, incumbida de fornecer às tropas as pólvoras e projecteis. Mas, em agosto de 1915, o ministério da guerra resolveu que seriam os serviços belgas os que deveriam produzir todo o material

indispensável às respectivas tropas, grupando e estabelecendo no Havre os respectivos estabelecimentos fabrís.

No fim do referido ano já muitos dêstes estavam em plena laboração, quando uma horrorosa explosão destruiu absolutamente a fábrica de pólvora belga de Gravelle, aniquilando tudo quanto se havia feito, matando todo o pessoal, sem que um só indivíduo escapasse, e levando a destruição ainda aos estabelecimentos circumvisinhos.

Depois dêste facto, é que foi iniciado o grande trabalho de reconstrução, que o autor descreve nas interessantes páginas do seu livro. Incessantemente acompanhado de uma documentação completa e segura, interessa a sua leitura, não sòmente aos officiais de artilharia, mas ainda aos industriais e técnicos das classes civis. Basta, para o comprovar, observar as numerosas e nítidas fotografias, que ilustram o volume.

Apreciando a intensa actividade, que reina naquele recente centro industrial, diz M. Vandervelde que «a terrível experiência da guerra poz em fóco o facto, na aparência paradoxal, de se poderem obter homens, que sacrifiquem a vida por 43 centimos diários, mas que se torne infinitamente mais difícil obter dêles um rendimento regular, quando lhes não é assegurado o salário normal da profissão, se é o exercício desta que se lhes exige. Há, porém, casos em que mesmo por uma remuneração mediocre se consegue obter dêles o máximo de esforços: é quando compreendem, ou quando se lhes faz compreender, que na frente, como na rectaguarda, são eles que fazem a guerra, que preparar munições ou utiliza-las no campo de batalha é sempre combater; que fabricar canhões ou aponta-los contra o inimigo, é sempre contribuir para a libertação do solo natal».

A consciência dêste facto é que faz com que os soldados-artífices empregados nos estabelecimentos fabrís do Havre trabalhem, não como soldados a quem se impõem trabalhos de fachina, mas como soldados que se batem, com o coração e com o espírito, por uma causa sagrada.

Por todos os títulos merece ser lido e apreciado um livro, como êste que agora anunciamos, em que tantas questões interessantes são expostas com elevação e proficiência.

6 Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração (1640-1649), por CARLOS ROMA DU BOCAGE, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Volume I, (0^m,23×0^m,16) de 269 pag. Lisboa, 1917.

Abre o livro, que temos presente, com o Parecer da secção de história, aprovado pela 2.^a classe da Academia das Ciências de Lisboa, no qual se refere abranger êle os anos de 1640 a 1649, período importantíssimo da nossa emancipação política, e ter por objecto não só o memorável feito, que a proclamou gloriosamente, mas também as mais célebres das negociações diplomáticas, que procuraram firma-la, chamando em auxílio de Portugal as nações da Europa inimigas do seu poderoso inimigo, a Espanha.

O parecer expõe seguidamente o plano minucioso da obra, termi-

nando por registrar os patrióticos esforços que o autor empregou, no estrangeiro e no país, para poder reunir o maior número de subsídios, que lhe permitissem dar base segura às considerações, que se propoz desenvolver. Apesar dos poucos meios, que lhe proporcionaram as publicações diplomáticas e os arquivos nacionais, na opinião dos signatários do aludido parecer o autor tirou d'elles bom proveito, suprindo a falta de documentos com a maneira de encarar os factos e de os avaliar. Por isso foram elles de parecer que a obra do sr. Bocage merecia ser publicada pela Academia, no que se prestaria um serviço relevante às nossas letras.

Não poderíamos dizer mais, nem melhor, do mérito da obra. O sr. general Roma do Bocage tem pelos seus trabalhos já conhecidos uma reputação devidamente consagrada, que dispensa encómios especiais. Dar notícia de quaisquer novos trabalhos seus, equivale, portanto, a reconhecer a sua valia e importância.

- 7 **Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa**—2.^a série—Vol. I. Fascículo n.º 3—Março 1916. Vol. II. Fascículo n.º 1. Março 1917.—2 vol. Lisboa, 1916-1917.

Academia das Ciências de Lisboa. **Boletim da segunda classe. Actas e Pareceres, estudos, documentos e notícias**—Volume IX. Fascículos n.ºs 2 e 3 (janeiro a outubro de 1915)—Volume X. Fascículos n.ºs 1 e 2 (novembro a julho de 1916)—4 vol. Lisboa, 1915-1917.

Constituem os volumes precedentemente indicados vasto repositório de informações, onde os estudiosos terão sempre ocasião de se ilustrarem, e de colherem valiosos subsídios para quaisquer trabalhos especiais. Nenhuma outra sociedade scientifica demonstra maior vitalidade, nem oferece à publicidade trabalhos mais autorizados. Em matéria de História, sobretudo, o *Boletim da Segunda Classe* oferece largo manancial de interessantissimos assuntos, tratados sempre com elevado critério e vasta erudição. Desejariamos que o público lhe dispensasse a consideração que merece, o que nem sempre sucede porque a falta de recursos com que a Academia tem lutado faz com que ela não possa dar às publicações, que empreende, toda a expansão de que são dignas. De desejar seria que o Estado remediasse tamanho mal auxiliando a Academia mais vantajosamente.

- 8 República Portuguesa—**Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública**—Ano I—N.ºs 1 a 12. Coimbra—Lisboa—1916 e 1917.

Com sumo prazer recebemos o *Boletim* anunciado, que contém não sòmente grande número de informações relativas ao desenvolvimento da instrução no nosso país, mas vários trabalhos didáticos, dignos de especial consideração. Em secção especial compila a legislação respectiva, o que só por si representa um serviço inestimavel à causa da instrução. Fazemos votos pela prosperidade d'este *Boletim*, por tantos títulos digno da consideração pública.

M. S.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Automoveis blindados na campanha da Rumania. — Os automoveis blindados alemães distinguiram-se notavelmente na recente campanha da Rumania, realizando verdadeiras proezas.

Depois de forçar o desfiladeiro de Szurduk, um automovel blindado avançou até Vadeni atirando durante a longa travessia contra as patrulhas inimigas. A leste e norte de Vadeni os rumaicos ocupavam-se na construção de fortes posições.

O automovel surpreendeu no povoado um batalhão de infantaria em situação de marcha e seguiu-o de perto numa distancia de 100 metros acoessando-o com três metralhadoras; 300 homens foram mortos, 150 feridos e o resto encontrou na fuga a sua salvação; continuou em sua doida corrida atravessando a povoação, atacando de flanco as tropas que se entretinham em trabalhos de fortificação, obrigando-os a bater em retirada a toda a pressa.

Um outro automovel blindado realizou uma audaciosa excursão de reconhecimento ao norte de Sisiori de Vede: tropas rumaicas embarcavam em Renez, pequena aldeia situada ao norte daquela cidade. O automovel, na sua missão de reconhecimento, chegou a 15 quilómetros do posto mais avançado da cavalaria.

Em Renez, a população acudiu presta, juncou o automovel de flores e ofereceu vinho á guarnição, julgando tratar-se de um automovel russo. Em meio da festa, quando tudo era alegria, três locomotivas entram na gare da via ferrea. O automovel abre imediatamente fogo sobre elas com as duas metralhadoras; o povo aturdido dispersa-se, as locomotivas com as caldeiras perfuradas e envoltas em vapor buscam salvar-se. O automovel, presentindo o movimento, passou adiante a toda a velocidade e deteve as locomotivas próximo a Baleei, immobilizando-as.

Finalmente, um outro automovel blindado alcançou a 18 quilómetros na frente das tropas alemãs, a linha ferrea Orsova-Filianu e praticou perturbações de toda a sorte, próximo a Strahaia, lançando mão dos sinais da própria via errea, capturando por fim um automovel rumaico.

Belgica

Automoveis blindados — Sua organização e acção. — O corpo belga de auto-camions blindados posto à disposição do exército russo distinguiu-se várias vezes no decurso das recentes operações nas linhas de batalha na Galicia, conforme comunicação oficial do estado maior deste exército.

O autor deste admiravel instrumento de guerra que inestimaveis serviços

tem prestado e continua a prestar na luta gigantesca que se vem desenrolando, tudo avassalando, tudo empolgando, foi o major Collen, do exército belga.

O comandante actual desta nova e poderosa unidade guerreira em operações na Russia é o major Semet.

É interessante conhecer-se alguns dados referentes à organização deste novo meio de acção a que os belgas deram um verdadeiro cunho de nova arma.

Para combater, a divisão belga de auto-camions blindados não necessita de apoio de infantaria ou de cavalaria; é organizada de modo a entrar em acção com os seus próprios recursos, completamente independente das outras armas.

O corpo de autos, que aos russos tem prestado valioso auxílio, compõe-se de 10 viaturas de combate, 3 de oficiais, 2 de munições, 1 viatura oficina, 2 de bagagem, 1 ambulância e 3 chamadas de socorro.

O corpo dispõe, além disso de 100 ciclistas e 12 motociclistas.

A força total do destacamento é de cerca de 200 homens, cuidadosamente seleccionados.

Os ciclistas são recrutados entre os melhores corredores; para os automoveis são escolhidos unicamente mecânicos e para os canhões e metralhadoras os serventes mais habéis.

O corpo é constituído por duas divisões compreendendo cada uma metade do todo; o comandante da divisão e o do corpo utilizam-se de uma das 3 viaturas destinadas aos oficiais. A totalidade dos automoveis, cujas rodas são idênticas, é provida de motores de 4 cilindros constituídos de peças permutáveis.

Cada viatura é armada com 2 canhões de tiro rápido de 4^{cm}, que podem atirar em todas as direcções.

Uma metralhadora é instalada na parte superior do automovel e pode também, independentemente, girar em todas as direcções, de sorte que ela está em condições de atirar para os lados ou para a retaguarda enquanto os canhões disparam para a frente.

Oleo, benzina, peças de sobressalente e utensílios, são colocados na própria viatura.

O motor é protegido na frente e lateralmente por placas de blindagem.

A ventilação é assegurada por um ventilador e seis aberturas verticais praticadas na parte anterior da viatura, com 3 ou 4 centímetros de largura e protegidas por um couraçamento.

O automovel tem na parte dianteira um projector alimentado por acumuladores e uma iluminação de reserva de acetilena.

Todas as viaturas levam dois condutores entre os quais se acha o volante, de maneira que cada um dêles pode guiá-las, o que é de grande vantagem se um dos condutores for inutilizado pelos projecteis inimigos. Acima de suas cabeças, dos dois lados da *capota* são colocados dois espelhos que permitem a visão para a retaguarda.

As viaturas para oficiais, onde viajam os comandantes são couraçadas do mesmo modo. Dividem-se em 3 partes—na parte interior vão os condutores, na posterior as bagagens dos oficiais e 4 soldados e a parte central forma uma espécie de torre couraçada, onde se alojam o comandante e um ajudante,

e de onde eles podem conduzir a divisão para cumprir a sua tarefa, graças às venezianas blindadas, que se podem abrir separadamente, ou utilizando-se de um periscópio, com auxílio de cartas e compasso.

A viatura-oficina abre-se pela retaguarda e comporta todas as máquinas necessárias aos serviços de reparação e um banco de trabalho.

Os utensílios são colocados numa grande caixa. As viaturas de munições assemelham-se exteriormente à viatura-oficina.

Os automoveis de socorro são de outro modelo; na parte central, convenientemente protegida, estão os reservatórios de benzina, peças de sobressalente e latas de óleo. Os cofres em que se acham encerradas essas matérias são abertos pelo exterior e munidos de diversas fechaduras, de sorte que só os homens encarregados desses serviços podem neles ter acesso.

Em caso de necessidade pode-se entretanto abri-los do interior. De acôrdo com o que se conhece a respeito dêsse novo meio de combate e com as informações fornecidas pelos russos, o funcionamento do corpo de automoveis blindados é como se segue:

Os 50 ciclistas de cada divisão partem para a frente para reconhecer a força do adversário, as suas posições e o estado das estradas. Os resultados dêsse reconhecimento são transmitidos pelos motociclistas e logo que o comando está da posse das informações necessárias os automoveis avançam.

A marcha para a frente até o ataque faz-se da maneira seguinte:—o primeiro auto segue, por exemplo, pelo lado direito da estrada e o segundo a 50 metros à retaguarda pelo lado oposto e assim sucessivamente guardando sempre entre si os 50 metros de intervalo.

Por ocasião da perseguição ao inimigo numa estrada, os automoveis prestam, graças á sua velocidade, poderoso concurso, por isso que cada um dêsses corpos pode levar em um ponto de combate, além das carabinas dos ciclistas, 20 canhões de tiro rápido e 10 metralhadoras.

Esses corpos são também encarregados de cobrir a retirada das suas próprias tropas e de embaraçar a marcha dos assaltantes. O couraçamento protege-os contra as balas de espingarda e estilhaços de projecteis de artilharia e nestas condições, um corpo de automoveis na defensiva não é obrigado a bater em retirada precipitadamente. Além disso, os ciclistas dão-lhe conhecimentos a tempo dos acontecimentos.

Pode-se concluir dos elogios que o Estado Maior general russo lhes prodigalisou sôbre a sua importância e eficiente cooperação ao lado das tropas moscovitas, que em terrenos mais praticaveis que os da maior parte do vasto teatro oriental da guerra, esses serviços seriam ainda mais proveitosos, sendo de esperar que em futuro não muito remoto vejamos figurar nas organizações dos grandes exércitos os automoveis blindados como nova e poderosa arma de combate.

A respeito do valor dos automoveis blindados belgas, referiu-se o importante jornal *Reichspost* de 1916 nestes termos: «De todos os adversários das potências centrais, é o exército belga que possui a melhor organização de automoveis blindados.

O emprêgo eficáz dêsses automoveis como meio de combate, é na opinião dos nossos inimigos, realizado pelo facto de não necessitarem eles do auxílio das outras armas; constituem uma unidade independente que está

sempre pronta e apta para executar operações militares em grande escala».

DIVERSOS

Novo processo de esterilização das feridas.—Uma das complicações mais sérias e mais dignas de atenção que pode ocorrer no tratamento das feridas, é, de certo, a da *infecção*.

Na opinião das mais respeitáveis notabilidades médicas, a considerável percentagem que se observa na guerra actual, quer em relação aos óbitos (75 %) ocorridos nas primeiras 24 horas após a produção da ferida, quer às amputações praticadas (80 %) devem ser levadas em conta de *infecção*.

Para evitar tanto quanto possível essas complicações, que tão numerosas vítimas determinam, o médico francês Dr. Carrel, que residira durante muitos anos nos Estados Unidos, de colaboração com o médico norte-americano Dr. Dakvin, e sob os auspícios do millionário Rockefeller, estabeleceu um laboratório anexo ao hospital militar n.º 21.

Nesse laboratório fabricava-se a conhecida solução Dakvin empregada com relativo êxito, mas que o Dr. Carrel, após repetidos e meticulosos ensaios, a aperfeiçoou. A nova fórmula, convenientemente aplicada, é a que maiores e mais benéficos resultados tem produzido entre as duzentas fórmulas de antisepticos empregados nos hospitais e ambulâncias.

Essa nova fórmula é uma modificação da de Dakvin e compõe-se de hipoclorito de sodio (0,45 a 0,50 %), cloreto de cal e carbonato e bicarbonato sódicos em proporções convenientes.

De acordo com os informes recentemente prestados pelo Dr. Sherman, da real Academia de medicina de Londres, a ferida deve ser previamente limpa e aberta tanto quanto permite colocar a solução em contacto com ela em todas as suas partes.

Em seguida, por meio de um aparelho imaginado pelo próprio Dr. Carrel, vai-se introduzindo a solução na ferida de modo a banha-la totalmente, evitando-se tanto quanto possível irriga-la; e mediante um conduto fechado por uma válvula introduz-se de duas em duas horas certas quantidades de antisepticos. Com esse tratamento, a ferida esteriliza-se de tal modo que a sutura vai sendo praticada sem ser preciso mante-la aberta. 90 % dos feridos tratados por esse processo, não apresentaram supurações nem sofreram complicações na sua marcha curativa. A cicatrização produziu-se normalmente, inteiramente liberta de infecção.

A reabilitação do burro como máquina de guerra.—Uma das características da guerra actual é o regresso aos processos arcaicos do passado.

Não é pois de admirar que o burro voltasse às suas funções, donde fora banida pelos modernos processos de locomoção. A história ensina-nos que os gregos e romanos dela se utilizaram nos seus grandes parques e nas suas longas expedições militares.

Depois de tantos séculos, o burro resurgiu nos mesmos serviços que tanto honraram os seus antepassados asinos.

Foi por ocasião da recente ofensiva do Somme que eles fizeram a sua *reprise*.

Os soldados viram com espanto avançar, marchando serenamente sob uma saraivada de metralha e através das crateras abertas pelas minas, filas e filas de burricos. Sem redeas, sem freio, sem outra peça de arreio a não ser uma ligeira albarda sôbre que se baloiçavam grandes recipientes de folhas de flandres, em formato de cafeteiras, os bons burros conduziam aos defensores das trincheiras de primeira linha o succulento e reconfortante rancho, que, graças aos envólucros caloríferos que os continham, conservavam em grande parte o calor inicial. Outros, carregados de pães metidos em largas sacolas de palha entrançada ou conduzindo barris de vinho; todos, enfim, inspiravam até nos rostos abatidos a confiança, infiltrando-lhes, inoculando-lhes a alegria, a satisfação e o contentamento.

Quando os alemães, no decorrer da última primavera, varriam com o seu nutrido e ininterrupto fogo as linhas aliadas, a missão dos *rancheiros* deteve-se, paralizou-se; foi preciso recorrer aos jumentos africanos, principalmente aos argelinos, marroquinos e tunisios.

Entrementes, em Verdun procedia-se a uma interessante experiência: uns 20 burros foram postos ao serviço de abastecimento do forte de Sourville e da frente Fleury-Thiaumont, quasi cercado pelas tropas tedescas.

Uma comissão militar, previamente nomeada, foi a Verdun no intuito de estudar e verificar se esses *novos recrutas* cumpririam ou não a sua missão e de que modo a realizariam.

Houve uma tal ou qual discordancia no seio da comissão; alguns dos seus vogais eram favoráveis, e outros desfavoráveis à utilização dos burros na guerra. Estes, em maior número, argumentavam que estando os burros acostumados ao clima sêco da Africa não resistiriam à normal e habitual humidade dos Vosges. E acrescentavam que ao mais insignificante bombardeamento ficariam eles aturdidos, tomados de um panico irresistivel.

A discussão ia animada, calorosa entre os officiais de comissão na caserna de Marceau, ponto, alvo, então predilecto dos artilheiros tedescos, quando subitamente se ouviram o sibilar característico do *metro* (*les roulements de mé-tro*) cujo valor os soldados franceses já sabiam apreciar, interpretar, annunciando a abertura de «uma secção de marmitagem».

Dentro em pouco, numa fracção de tempo inapreciavel, começaram a cair granadas de 220, em número de três, à distancia de uns 200 metros do grupo.

A 200 metros mais adiante, pela estrada de Sourville marchavam uma carruagem atrelada a dois cavalos e 5 muares carregadas de pão conduzidas por 3 soldados.

Advertidos pelo sibilar, estes deitaram em decubido ventral tendo porêem o cuidado de cairem de modo a que os referidos animais lhes servissem de escudo contra os estilhaços das granadas.

Os membros da comissão assistiram então a um curioso espectáculo que pôs termo à discussão.

Ao formidavel estampido de dupla explosão os dois cavalos de viatura já contando muitos meses de campanha, e, portanto, treinados espantaram-se, arrastaram o carro a toda a brida, e se não fossem a coragem, a serenidade e o sangue frio dos conductores, teria tombado nas depressões formadas pelos funis dos obuses.

Os burros, pelo contrario, permaneceram imoveis, fixos, volvendo o olhar para o ponto donde partiram as explosões, distendendo, iriçando em ponta as largas orelhas todas prementes; paráram, detiveram-se por momento; depois tranquilos, calmamente, puseram-se em marcha.

Uma coisa a notar: a ausencia dos conductores.

Estes, aturdidos, surpreendidos, ergueram-se e foram apressadamente, correndo, tomar a sua posição, seguindo-os na marcha, como se fossem eles os condusidos e não os conductores.

A experiencia era definitiva, concludente, permitindo afirmar sem receio de contestação que o burro, *primo do cavallo*, é mais refractario ao medo do que ele proprio.

Demais, além de conduzirem a ração preparada para os combatentes serem de anteparo, de anti-mural aos estilhaços das granadas, protegendo os seus conductores.

A prova foi esmagadoramente positiva: o burro é digno de figurar ao lado dos mais valente *peludos*.

Nos sectores, em que o terreno é cortado de trincheiras paralelas, de ramais de comunicação, o emprego dos burros é difficil, quasi impraticavel pela estreiteza labirintica dos caminhos; mas nos outros sectores da frente, onde as recentes offensivas teem alargado, distendido, como ocorre actualmente em Verdun, a sua utilização é necessaria, imprescindivel mesmo.

Pode-se afirmar que o jumento está no seu elemento: marcha, caminha, trota através dos campos sem outra preocupação do que seguir o seu conductor pelos trilhos, pelos atalhos e veredas contornando *os funis e as crateras*, ladeando os buracos, as depressões que as minas e os bombardeamentos produziram.

Nestes sectores, a experiencia demonstrou à saciedade que um homem basta para conduzir 12 a 15 burros. E como a carga media de cada um é de 75 quilogramas, segue-se que a economia da mão de obra militar é realmente consideravel. Um só homem pode garantir o transporte de 1.600 quilogramas de provisões, carga que, dividida pelos metodos antigos, exigiria o emprego de 20 a 25 soldados.

Os burros teem ainda a vantagem de ocupar pouco espaço. Colocados em estrebarias improvisadas, junto ou proximo dos parques de abastecimento, contentar-se-iam com um pequeno espaço, um cantinho.

A economia realisada é, no entanto, importante quando se trata do transporte de cargas pesadas e indivisiveis, como seja, por exemplo, o arame farpado. Admitindo que cada bobina pesa 50 quilogramas, carga maxima que um homem robusto póde suportar, e tendo a precaução de envolvel-os em sacos de couro que protejam convenientemente o dorso do animal, prova-se que os burros mais resistentes, podem ser carregados com 100 quilogramas de fio metálico, isto é, com duas bobinas.

Isto equivale a dizer que um homem que condusa ou guie 15 burros carregados, executa um trabalho que exigiria 30 homens para o realisar.

Se levarmos em conta os riscos, accidentes, quedas, ferimentos ou mortes que possam ocorrer a esses 30 homens no decurso da sua marcha, porque vacilar em lançar mão dos burros, proclamando a utilidade na guerra do gado hibrido?

Não resta duvida que, digamos sem rebuço, o burro está reabilitado como um elemento necessario às operações militares.

É uma maquina de guerra tão util, tão necessaria, tão productiva como qualquer outra.

(De *Lecteur pour tous*).

Errata:—A pag. 563 do n.º 8 do corrente ano onde se lê: «O caso do submarino francês *Faucault*, atacado com exito por submarinos austriacos em Setembro do ano passado», deve ler-se: «O caso do submarino francês *Faucault*, atacado com exito por hidro-aviões austriacos em Setembro do ano passado».

II

PARTE MARITIMA

Alemanha

Construções navais.—As noticias ácerca da tonelagem ultimamente construída na Alemanha são muito contraditórias; assim, ao passo que segundo o *Bureau Veritas*, os estaleiros alemães construíram, de junho de 1914 e junho de 1916, 677.000 toneladas, havendo mais 900.000 em construção, noticias de outras partes accusam apenas a produção de 26.000 toneladas durante o ano de 1916.

Estados Unidos

Construções navais.—Segundo a estatística official americana, em 1916, foram construídos nos estaleiros dos Estados Unidos navios com 457 mil toneladas brutas de arqueação, conforme o mapa seguinte:

| | |
|----------------------------------|--------------------|
| Navios de vela, de madeira..... | 51 com 17.000 ton. |
| » » » » metal..... | 2 » 3.000 » |
| » » vapor, de madeira..... | 66 » 14.000 » |
| » » » » metal..... | 102 » 347.000 » |
| Barcos de motor, de madeira..... | 526 » 18.000 » |
| » » » » metal..... | 19 » 19.000 » |
| Navios para o estrangeiro..... | 50 » 39.000 » |
| Soma..... | 457.000 » |

No principio do corrente ano havia por arma:

| | |
|------------------------|---------------------|
| Navios de madeira..... | 382 com 87.000 ton. |
| Navios de metal..... | 15 com 15.000 ton. |

e sôbre as carreiras:

| | |
|-------------------------------|------------------------|
| Navios de madeira..... | 161 com 208.000 ton. |
| Navios de metal: | |
| de carga..... | 294 com 1.002.000 ton. |
| para transporte de oleos..... | 76 com 430.000 ton. |
| de passageiros e carga..... | 7 com 51.000 ton. |
| <i>ferry-boats</i> | 8 com 6.000 ton. |
| Rebocadores..... | 11 com 2.000 ton. |
| Outros vapores..... | 7 com 4.000 ton. |

Projecto de couraçado monstro.— Segundo um relatorio apresentado ao Parlamento pelo Ministro da Marinha, dentro dos limites impostos pela lar-

gura do Canal do Panamá e pela profundidade dos portos fizeram-se varios projectos de couraçados com as maximas dimensões possiveis, dos quais o mais bem estudado é o seguinte: deslocamento 80.000 ton., comprimento 975, boca 108', calado maximo 31', velocidade 25', armamento xv de 18'', xxi de 6', iv tubos de 21'', couraça de 16'', raio de acção 12.000, custo 50 milhões de dollars.

Conclue o relatorio por declarar inoportuna a construção de um tal navio, que desvalorizaria toda a esquadra americana.

Barragem contra submarinos. — Os Estados Unidos tem tratado de defender os seus portos por meio de barragens contra os submarinos inimigos.

Uma das mais importantes é a de Hampton Roeds com muito mais de uma milha de comprimento e 18^m de altura nalguns pontos, constituída por uma rede de arame com malhas de 12×15 pés, sustentada por boias que de noite são iluminadas por projectores, e tendo secções moveis para a passagem dos navios. Supõe-se na America que é devido a barragens analogas através do Estreito que a Inglaterra tem conseguido manter a comunicação com o continente. Quando um submarino toca na rede, as boias acusam-no immediatamente, sendo a sua presença asinalada pelas vigias.

O torpedoplano. — E' uma nova arma inventada pelo contra-almirante Fiske em 1912, consistindo num torpedo Whitehead que, mediante uma disposição especial, é lançado dum avião, voando perto da superficie da agua, contra um navio inimigo. Este processo de ataque foi já realizado com exito em 1916 por um aviador inglês que afundou 4 navios turcos no Mar de Marmara com torpedos de 14'' e, segundo afirma o autor, uma das nações beligerantes está tratando de pôr em pratica a sua idea em grande escala.

Inglaterra

Novos cruzadores de batalha. — Parece terem sido construidos alguns cruzadores de grande velocidade, com artilharia de 18''. A couraça lateral é reduzida, sendo a protecção horizontal muito mais desenvolvida do que nas classes anteriores. A necessidade desta nova distribuição do armamento defensivo provem das enormes distancias a que estes navios devem combater em vista da sua superioridade de velocidade e do grande calibre da sua artilharia. Estas distancias devem regular por 15 quilometros, sendo 20° o angulo de queda correspondente.

A protecção horizontal consiste em blindagens relativamente ligeiras nos pavimentos superiores, destinadas a produzirem o rebentamento dos projecteis, e num pavimento couraçado capaz de resistir aos estilhaços.

Caça-submarinos. — Um grande numero destes barcos foi construido nos Estados Unidos; a Eleo Co. construiu 550 em menos de 550 dias, tendo a produção diaria alcançado 3 barcos no ultimo periodo; as características destes barcos são: deslocamento 32 ton., comprimento 80', boca 12',5, calado 4',5, 2 motores de 250 cavalos cada um, velocidade 19', raio de acção 650', custo 40.000 dollars.

Parece, porém, que atendendo ao grande deslocamento dos actuais submarinos e ao facto de operarem com muito mar, os caça-submarinos com menos de 100 pés de comprimento não satisfazem ao serviço.

Como se vê, as construções de madeira adquiriram uma importancia consideravel em 1916, que mais se acentuou com a decisão acabada de tomar pelo Governo, de ordenar a construção de mil navios de madeira de 3.000 toneladas cada.

Esta repressão obedece principalmente a três causas: em primeiro lugar à escassês do aço, que já se começa sentindo; em segundo lugar, ao aproveitamento de operarios, que por outra forma não poderiam ser utilizados na preparação para a guerra; e finalmente à resistencia que as construções de madeira oferecem ao afundamento.

Novo escafandro. — Realizaram-se experiências de um novo tipo de escafandro com o qual o seu inventor Leevitt desceu a 110^m de profundidade sem o menor incómodo, permanecendo muito tempo no fundo. O aparelho é rígido, de bronze manganês, com pernas articuladas; as mãos estão recolhidas, sendo os trabalhos feitos por meio de garras; o ar é transportado pelo aparelho.

Holanda

Intervenção do Estado na marinha mercante. — O governo holandês apresentou ao Parlamento um projecto de lei para a requisição dos navios mercantes em vista da dificuldade crescente no aprovisionamento de cereais e carvão, motivada pela redução de tonelagem com o consequente aumento vertiginoso de fretes.

O projecto que dá ao governo o meio de dispor, segundo a urgencia, do número preciso de navios para as importações indispensaveis à alimentação e à industria, determina que as indemnizações aos armadores sejam calculadas sôbre três vezes e meia os valores dos navios de 1914.

Inglaterra

Construções navais. — A tonelagem de navios mercantes construidos nos estaleiros do Reino Unido durante os últimos anos é a seguinte:

| | |
|---------------|----------------|
| Em 1913 | 1.931.000 ton. |
| Em 1914 | 1.684.000 ton. |
| Em 1915 | 651.000 ton. |
| Em 1916 | 582.000 ton. |

O decrescimento de actividade dos estaleiros é devido a várias causas relacionadas com o estado de guerra, entre as quais figuram como principais a dificuldade em obter as materias primas, a pressão anormal do trabalho re-

ferente às indústrias militares, a deficiência de mão de obra derivada do recrutamento para o exército e as pretensões excessivas dos operários.

Em todo o caso o Governo não descarta o problema, e julga tão importante a construção de navios mercantes que não hesita em dar-lhe a primazia até sobre a construção de navios de guerra.

Reorganização do Conselho do Almirantado.—O Conselho do Almirantado, em cuja composição entravam até agora 4 vogais técnicos, os 4 almirantes *Sea Lords*, passou a ser aumentado com mais 3 almirantes, um dos quais honorário no presente momento, recebendo os títulos de *Deputy Chief of the Naval Staff*, *Assistant Chief of the Naval Staff*, o *Controller of the Navy*; o *First Sea Lord*, que continua sendo o Almirante Jelliere, passou a ter o título adicional de *Chief of the Naval Staff*, exercendo as respectivas funções. Por esta forma o Estado Maior de Guerra fica ocupando uma situação mais preponderante e os seus chefes ficam libertos dos serviços burocráticos, podendo dedicar-se exclusivamente aos problemas de política e de estratégia navais.

O *Controller* é responsável pela satisfação das requisições do Almirantado, do Ministério da Guerra, do de Transportes Marítimos (*Ministry of Shipping*), e de quaisquer outras entidades oficiais, acerca do desenho, construção, alterações e reparações de navios de guerra ou mercantes, e ainda das requisições do Almirantado respeitantes a armamentos e munições. Tem sob as suas ordens imediatas o Director das Construções Navais, que continua sendo o principal informador técnico do Almirantado sobre desenhos de navios de guerra, e os 3 *Deputy Controllers*, dos Arsenais, da construção de navios mercantes e auxiliares e do fabrico de material de guerra. Este lugar existiu até há 5 anos no Conselho do Almirantado, desempenhado pelo terceiro *Sea Lord*, sendo então suprimido, a fim de que as diversas secções sob a sua direcção passassem à categoria de Repartições (*Departments*). O seu restabelecimento actual tem por fim desenvolver e utilizar pela melhor maneira os recursos do país no ramo das construções navais.

A nomeação de um civil para *Controller*, com o posto honorário de vice-almirante, tem dado lugar a alguma crítica; o escolhido foi Sir Eric Geddes, de 41 anos, que durante a guerra actual já desempenhou os serviços importantíssimos de Director do Serviço de Munições e Director Geral de Transportes em França, com o posto honorário de Major-General.

O novo *Controller of the Navy* estará em íntimas relações com o *Shipping Controller*.

Noruega

Desenvolvimento da marinha mercante.—Tem sido grande o desenvolvimento da marinha, de maior tonelagem do que tinha ao começar a guerra. Antes da declaração de guerra dos Estados Unidos, onde havia em construção mais de 800.000 toneladas norueguesas, podia-se dizer que metade da produção mundial dos estaleiros era destinada à Noruega.

As perdas durante fevereiro foram de 41 navios com 63.000 toneladas e durante março de 64 navios com 100 toneladas.

Perdas de navios.— As perdas desde o comêço da guerra são de 312 vapores com 493 mil toneladas e 80 navios de véla com 65.000 ton., tendo-se perdido 312 vidas.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 PÉRATE (A.). conservateur adjoint au musée nationale de Versailles. *La galerie des batailles au musée de Versailles*. Evreux impr. Ch. Herissey Paris, Henry Laurens, edit., 6, rue de Tournon. 1916. In-4, 20 p.
- Images historiques.
- 2 ROZET (G.). — *L'Armée des camions. Souvenirs dun automobiliste militaire*. Dessins de Hautot. Paris impr. Chantenay ; à l'Œuvre, 25, rue Royale. 1917. (18 janvier) Grand in-12, 45 p.
- 3 *Armée belge*. Ministère de la guerre. *Troisième supplément au Recueil des dispositions principales relatives aux traitements, soldes, allocations et indemnités des officiers, sous-officiers et soldats*. (Troisième trimestre 1916). Rouen, impr. Albert Lainé, 5, rue de Basnage. 1916. In-8, 59 p.
- 4 HANOTAUX (G.) de l'Académie française. *Histoire illustrée de la guerre de 1914*. Fascicules 54 et 55. Paris, impr. G. Malherbe e C^{te} ; «l'Édition française illustrée» (Gounouilhou, édit.), 30 rue de Provence. 1916. Deux fascicules, in-4 à 2 col., de 24 p. de texte et d'illustrations. N.º 54, p. 21 à 40 ; n.º 55, p. 41 à 64. Le fascicule, net, Fr. 1
- 5 *Livre (le) du gradé d'artillerie à l'usage des élèves brigadiers, brigadiers et sous-officiers d'artillerie de campagne, contenant toutes les matières nécessaires à l'exercice de leurs fonctions, et conforme à tous les règlements parus jusqu'à ce jour*. Nouvelle édition mise à jour. 1917. In-16, 946 p. avec fig. Fr. 3
- 6 Avesnes — *Feuilles d'avant la tourmente. Dans la tranchée intellectuelle. Ames et figures militaires. Livre des soldats coloniaux. Les Leçons du bailli de Suffren. L'Amiral Germinet*. 2^e édition. Paris, impr.-libr.-édit. Plou-Nourrit et C^{te} 1917 (24 février). In-16, iv-185 p. Fr. 2
- 7 MAZE-SENCIER (g.). — *Les Orphelins de ta guerre. Les Étapes d'une loi projet instituant des pupilles de la nation*. Besançon. Impr. catholique de l'Est. Paris, Bureau d'informations religieuses et sociales, Maison bleue, 4, rue de Petits-Pères. 1917. In-8, 46 p. Net, Cent. 75
- 8 GIRAUD (P.) docteur en droit. *Devant l'histoire. Causes connues et ignorées de la guerre*. Honoré d'une souscription du ministère des Affaires étrangères. Nancy-Paris, impr. et libr. Berger-Levrault. 1917. In-16, XIX-264 p. Fr. 3,50
- 9 HELMER (P. A.) avocat à la cour d'appel de Colmar. *Les généraux al-*

- saciens pendant la Révolution et l'Empire. Nancy Paris, impr. et libr. Berger Levrault. 1917. In-8, 24 p. Cent. 75
- 10 Dalloz-guerre de 1914. *Documents officiels. Textes législatifs et réglementaires*. Quinzième volume. 15 novembre 1916. 1^{er} janvier 1917. Publiés sous la direction de M. M. Gaston Griolet docteur en droit, et Charles Vergé, maître des requêtes honoraire. Avec la collaboration de M. Henry Bordeaux, juge d'instruction au tribunal de la Seine. Paris, impr. E. Desfosses libr. Dalloz, 11, rue Soufflot. 1917. (20 février). In-16, 324 p. Fr. 2

Argentina

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Boletim de administração militar*, n.º 7 de julho de 1917. Ordens ás formações administrativas. 3.º grupo de companhias de administração militar. Manutenção militar. Rações de campanha. A organização do serviço de reabastecimento no exercito francês em presença da nossa. O automobilismo ao serviço da intendencia francesa. A alimentação das tropas pelas cosinhas rodadas. Miscelanea.
- 2 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 4-6 de abril a junho de 1917. Vice-almirante Hermenegildo Carlos de Brito Capello. Portugal e a guerra. O rio Aripuana. A sublevação dos Dembos de 1913. Uma viagem no distrito de Tete. Crónica.
- 3 *O Instituto*, n.º 7 de julho de 1917. Boletim do Instituto. Do criterio de nacionalidade das literaturas. A guerra justa segundo Alvaro Pais. Uma circumstancia modificadora das proposições de curva ultra-semi-circular em arquitectura. Historia da instituição da Santa Ordem de Cavallaria e das ordens militares em Portugal. O Fausto de Goethe. Documentos sobre industrias portuguesas.
- 4 *Revista de medicina veterinaria*, n.º 184 de junho de 1917. Anophoc-phalo perfoliata. Historia da medicina veterinaria em Portugal. Ementario dedicado aos noveis medicos-veterinarios. Revista de publicações.
- 5 *Revista dos sargentos portugueses*, n.ºs 37 e 38 de 15 e 30 de julho de 1917. Auxilio para a carestia da vida. Em França pedem um novo subsidio. Protestando e repisando. Assuntos coloniais — Passagem ás familias nas colonias — Carestia em Moçambique — As condições do ingresso. Quadro auxiliar do serviço naval. O Balsamo. Fragmento de uma carta. Fragmentos dum ementario. Sargentos artifices. A arborização como função economica e sua influencia na agricultura e na pecuaria. O milagre de Tancos — Exercicios da Divisão naval — Um grande exercicio. Montepio dos sargentos. Ainda o pão. A licença graciosa nas colonias. A diuturnidade dos enfermeiros das colonias. Cantigas. Estudos sobre a carta. A alimentação regulamentar do soldado português.

Argentina

- 1 *Revista militar*, n.º 293 de julho de 1917. Capacidad militar de los Estados-Unidos. La defensa nacional y el scoutismo. Levantamientos rapidos con curvas de nivel. Los trabajos de campaña de los ingenieros alemanes. Sistema de artilleria de costa para la defensa. Puntos de apoyo y artilleria pesada. Resumen general de las operaciones efectuadas por el ejercito italiano durante el otoño, desde septiembre a diciembre de 1916.

Brazil

- 1 *Boletim mensal do Estado maior do exercito*, n.º 5 e 6 de maio e junho de 1917. O tiro de exame da 6.ª brigada de infantaria segundo o juizo do general Tito Escobar. Transportes estrategicos. Artilharia anti-aerea. A patrulha de official como orgão da missão estrategica de cavallaria. Instrucções para armar e manejar o aparelho «Sub-Target» afim de formar atiradores de infantaria.

Chili

- 1 *Revista de marina*, n.º 350 de maio e junho de 1917. Apuntes sobre el empleo de los proyectores a bordo. El servicio de torpedos debe ser hoy preponderante en la marina de Chile. Maquinas, mecanica, combustion interna, etc. La artilleria contra la coraza. Influencia de la logistica en la dirección de la guerra y su relacion con la preparación de los planos de guerra. Servicio administrativo de la armada, Hermoso acto de justicia. Cursos de aplicación para oficiales ingenieros. Maquinas Diesel. Algunos disenos estrategicos.

Cuba

- 1 *Boletin del ejercito*, n.º 16 de 1917. Dactiloscopia militar. El general Wood dirigira la preparación de 264.000 bombas. Una conferencia interesante. Administracion militar de las legiones romanas. La proclama del Presidente de los Estados Unidos. Que es el capitan ante la Sociedad, ante el ejercito y ante su tropa? El modo de asegurar las necesidades del ejercito.

Espanha

- 1 *Memorial de artilleria*, n.º de julho de 1917. Enseñanzas de la guerra. Algunas consideraciones sobre la organización de la industria privada para la fabricación de pólvora y explosivos en caso de guerra. Enseñanzas de una comisión en Suiza.
- 2 *Memorial de caballeria*, n.º 13 de julho de 1917. El arma de caballeria en la fiesta de su Patrono. La caballeria y la aviación. Unidad de mando en los servicios de cria caballar. A la Caballeria, lo suyo. Carreras de caballos (militares). Problemas tácticos. Sobre la organización de la Caballeria en brigadas — Un voto en pro.
- 3 *Memorial de infanteria*, n.º 66 de julho de 1917. Bases y lineas generales para un proyecto de organización militar de España. Una visita al frente inglés en Francia. Ligera reforma de la ametralladora Colt. Ejercicios en el ejército italiano. La educación fisica nacional y su relación con el ejercito. Los aeronaves en la guerra europea. Enseñanzas de la gran guerra. Trincerismo y maniobrismo — El dios armamento — Submarinos invisibles. La guerra europea.

Estados- Unidos

- 1 *The International Military Digest*, vol. 3.º, n.º 7, julho de 1917.

Italia

- 1 *Rivista di artiglieria e genio*, n.º de junho de 1917. Nota sul calcolo delle funi portanti dei telefori. Commento ai commentari della guerra di Ferrare di Marina Sanuto. Il radiografo. Riassunto delle nostre operazioni militari. Collimatore pel lancio delle bomba degli aerei. Notizie sui mortai tedeschi de 420^{mm}. Aiuto nonemonico per imparare e rammentare facilmente i signi dell' alfabeto Morse. Esplosioni e incendi in fabbriche prussiane di esplosivi negli anni 1913 e 1914. Artiglieria e aviazione.
- 2 *Rivista di cavalleria*, n.º de julho de 1917. Forza numerica degli ufficiali dell' arma di cavalleria. De un mese all' altro. Pagina di guerra. Uno speciale tipo di scuderia. La punizioni militari. Cronaca degli avvenimenti di guerre dell' agosto 1915. L'esodo. Uno studio sulla cavalleria.

Mexico

- 1 *Revista del ejercito y marina*, n.º de maio de 1917. Haia el Ideal! Epocas de gloria. Nombramientos. Cuáles pueden ser las bases de nuestra futura organización naval? Servicios de las tropas de ingenieros. Las trincheras-abrigo. Academias para los oficiales del ejercito. Culto de raza — No militarismo. Proyecto para reclutamiento de oficiales de reserva. Los hares mexicanos. Derecho de guerra. El oficial de guardia. Catecismo del oficial. Depósito de sementales y establecimientos de remonta.
- 2 *Tohtli*, n.º 6 e 7 de junho e julho de 1917. Algo sobre las competencias entre os pilotos aviadores en sus males. Escuela (notas). Inclino metro. El aeroplano en el éxtranjero. Technica. De como los que no avian se convencieron. El festival de aviación a beneficio de los damnificados de El Salvador fué un exito para la Comisión organizadora y un triunfo más para el personal de la Escuela y talleres de aviación. El aeroplano en el extranjero. La aviación en el Uruguay. Aviones de la marina. Aviación militar. Las helices mexicanas «Avahirac». Que es el aeroplano? Las pruebas de motores alemanes para Aeroplanos.

Suissa

- 1 *Revue militaire suisse*, n.º 7 de julho de 1917. Le théâtre des opérations de l'armée italienne. Quelques remarques sur le tir à la mitrailleuse. Campagnes de Russie 1914-1916. Cronique suisse. Cronique des Etats-Unis.